353.98133
M 548

UM TRIMESTRE DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho Técnico de Economia e Finanças
Divisão Estudos Econômicos
Em ____/____/____

(Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Americo de Almeida, enviada, em 1.° de junho de 1951, á Assembléia Legislativa)

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DA PARAÍBA

UM TRIMESTRE DE ADMINISTRAÇÃO

(Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Americo de Almeida, enviada, em 1.° de junho de 1951, á Assembléia Legislativa)

252.9
M548

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DA PARAÍBA

2239 9 855

UM TRIMESTRE DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao art. 52, alínea II, da Constituição do Estado, venho apresentar a essa ilustre Assembléia Legislativa a Mensagem do Executivo Estadual, em que darei contas I) da situação encontrada no dia 31 de janeiro último, início da Administração atual; II) das atividades governamentais posteriores áquela data; III) do programa de trabalho a que o Govêrno se propõe.

Os dois primeiros itens serão tratados sumáriamente na Introdução desta Mensagem, visto como não é possível, numa transição de Govêrno, prestar contas completas do exercício decorrido. E, limitando-se as contas do exercício corrente a um trimestre, pouco há a relatar, além de como funcionaram os diversos serviços encontrados sem submissão a nenhum plano que os disciplinasse no sentido de sua racionalização e eficiência.

Constituirá, portanto, o terceiro item a parte essencial que versarei em três capítulos distintos, destinados não só a demonstrar o programa de trabalho do Govêrno, como a servir de delineamentos para a planificação administrativa exigida pelo art. 144 da Constituição do Estado a ser, oportunamente, submetida à Assembléia

I

A SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE JANEIRO

O Orçamento de 1950, prorrogação do de 1949, previa a Receita de Cr$ 117.465.648,00 e fixava a Despêsa em Cr$ 121.465.648,00, resultando daí o "deficit" de Cr$ 4.000.000,00. Na sua execução, verificou-se que a Receita arrecadada foi de Cr$ 152.670.858,90 e a Despêsa realizada de Cr$ 157.700.557,50, o que agravou o "deficit" previsto, elevando-o a Cr$ 5.029.698,60.

Não estando o Orçamento subordinado a um plano prévio e não tendo havido da parte do Govêrno a necessária previsão, ocorreram graves transtôrnos, como a paralização de obras iniciadas, o atrazo no pagamento das contas e do funcionalismo, etc., o que deu lugar, entre outras ilegalidades, à apropriação de depósitos de verbas federais para despêsas ordinárias.

Saldos no Tesouro — Encontrei, assim, o Tesouro do Estado numa situação de desequilíbrio e anarquia. Dando-se balanço aos seus valores, foi apurado o seguinte saldo:

Cr$ 626.774,30 em moéda corrente.

Cr$ 1.089.087,30 em depósitos bancários.

Depósitos especiais vinculados — Constava, também, além de cauções, estampilhas, etc., a importância de Cr$ 12.640.965,40 em depósitos especiais vinculados, pertencentes parte ao Govêrno Federal e parte decorrente de empréstimos contraídos pelo Estado, que não po-

diam ser utilisados, senão para os seguintes fins especificados:

	Cr$
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:	
C| Auxílio para Desenvolvimento Econômico ..	2.057,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:	
C| Especial	3.400.000,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:	
C| Crédito para Importação	10.907,90
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:	
C|Especial de Auxílio para equipamento de Hospitais	1.200.000,00
BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S|A	
C| Especial para sua encampação	7.013.895,20
BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S|A	
C| Especial para aquisição de ações	14.105,00
BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S|A	
C| Depósito para integralização de ações .. .	1.000.000,00
TOTAL .. .. .. Cr$	12.640.965,10

E, além de haver utilisado parte dêstes créditos de aplicação especial no pagamento de despêsas ordinárias, deixou o Govêrno de propôr que fôsse consignada no Orçamento a verba necessária para atender ao pagamento de capital e juros correspondentes a algumas dessas obrigações.

Auxílio federal para desenvolvimento econômico — Do depósito especial de Cr$ 10.000.000,00, por exemplo, recebido em 29 de outubro de 1949 como "Auxílio Federal para desenvolvimento econômico da Paraí-

ba", foi entregue ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem a quantia de Cr$ 4.524.092,10 que a empregou de acôrdo com sua finalidade. A quantia de Cr$ 5.500.000,00 foi, porém, utilisada no pagamento de despêsas comuns do Estado, inclusive vencimentos do funcionalismo, restando o saldo apenas de Cr$ ..... 2.057,00, inclusive juros, que está depositado na Caixa Econômica Federal da Paraíba. Assim, quando o Ministério da Viação e Obras Públicas, por exigência do Tribunal de Contas, solicitou do atual Govêrno a prestação de contas daquele auxílio, verificou-se a impossibilidade de atendê-lo, dada a inexistência de documentos que comprovassem o seu emprego total. A importância de Cr$ 5.500.000,00 fôra transferida da Caixa Econômica onde se achava depositada em conta especial, para a Tesouraria Geral do Estado, sendo Cr$ .... 4.500.000,00 em 1949 e Cr$ 1.000.000,00 em 1950. E' exato que estas quantias foram escrituradas, então, igualmente como depósito, mas basta referir que o saldo em moéda encontrado, como já foi mencionado, se limitava a Cr$ 1.715.861,00, muito inferior, por conseguinte, ao suposto depósito.

Submeto, desde logo, êste assunto à Assembléia Legislativa, conforme prometí ao Ministério da Viação, em resposta às informações que me foram pedidas e foram prestadas.

Empréstimo para abastecimento dágua e serviços elétricos — O depósito especial de Cr$ 3.400.000,00 refere-se ao empréstimo tomado à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para ocorrer às despêsas com as obras de abastecimento dágua de Marés e Serviços Elétricos. Tinham sido empregados Cr$ 5.584.219,50 em Marés; Cr$ 2.109.210,30 nos Serviços Elétricos; e Cr$ ..... 162.493,30 no Saneamento de João Pessoa, estando ain-

da empenhados Cr$ 784.978,10 para atender a despêsas com os mesmos serviços. E a quantia restante acha-se vinculada ao contrato feito pelo Estado com a Cia S. K F. do Brasil Rolamentos para aquisição de uma turbina destinada aos Serviços Elétricos.

O pagamento da primeira prestação do empréstimo venceu-se em 6 de abril de 1951, inclusive prazo de tolerância. Já dispunha o atual Govêrno de recursos para cumprir a obrigação contratual, mas não tinha sido consignada no Orçamento vigente verba para o pagamento, nem havia, como não há ainda, autorização legislativa para a abertura de crédito especial. Em consequência, os juros do empréstimo foram automáticamente elevados de oito para nove por cento ao ano, do que advirá para o Estado um prejuizo superior a dois milhões de cruzeiros.

Releva salientar que, no final do prazo, o Estado terá pago o empréstimo de Cr$ 15.000.000,00 pelo dôbro.

Empréstimo para encampação do Banco do Estado da Paraíba S. A. — Os depósitos especiais de Cr$ .... 7.013.895,20, Cr$ 14.105,00 e Cr$ 1.000.000,00 originavam-se de um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 tomado ao Banco do Brasil S.A para a encampação do Banco do Estado da Paraíba S.A. Apesar da finalidade da operação, sómente a quantia de Cr$ 85.895,00 foi utilisada na compra de ações do mesmo Banco, sendo Cr$ .... 8.028.000,20 nêle depositados, em várias parcelas, dos quais Cr$ 3.500.000,00 acham-se no Banco do Brasil como garantia de aumento de capital. A quantia restante, de Cr$ 1.868.104,80, encontra-se incorporada á receita orçamentária do Estado, não se podendo assegurar se foi aplicada no pagamento da primeira e da segunda prestações do empréstimo, vencidas em abril e outubro

de 1950, ou se na despêsa geral, uma verba para o cumprimento daquelas obrigações contraídas também não existia verba orçamentária própria, nem foi aberto o necessário crédito. A primeira hipótese, aliás, é inadmissível porque seria extranho liquidar prestações de empréstimos com seus próprios recursos.

Dívida Passiva — Acresce a tudo isso que, no levantamento das obrigações do Tesouro, em 31 de janeiro de 1951, se constatou a existência de uma Dívida Passiva de Cr$ 93.604.968,80 (Anexo n. 1) e, bem assim, que o funcionalismo começava a receber os vencimentos correspondentes a êsse mês, obrigação que se eleva a mais de oito milhões de cruzeiros mensais.

Era esta a situação financeira do Estado no início da atual Administração. Apenas Cr$ 1.715.861,60 em moéda no Tesouro, no momento em que ia acabando de escoar-se a safra do algodão, principal produto tributável do Estado, e havendo tantos compromissos a atender.

II

ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS DE FEVEREIRO A ABRIL

PRODUÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

O Orçamento de 1951 prevê a Receita de Cr .... 137..820.000.00 e fixa a Despêsa em Cr$ 151.463.520,00, de que advém o "deficit" de Cr$ 13.643.520,00. O duodécimo da Receita prevista para fevereiro, março e abril era de Cr$ 45.940.000,00. Colocado o fisco fóra da política e livre da corrução, a Receita logo ascendeu a Cr$ 73.045.633,50, produto de u'a arrecadação diligente, imparcial, honesta e bem orientada, uma vez que, como referí, já estava se esgotando uma das principais fontes de renda: a produção algodoeira. Como consequência da adoção dêsses métodos, os atuais resultados financeiros denunciam êste contraste com a situação anterior:

Saldos existentes	Em 31 de janeiro Cr$	Em 30 de Abril Cr$
Na Tesouraria Geral	626.774,30	9.393,70
Em Bancos:		
Disponível	827.015,80	16.030.689,30
A Prazo	262.071,50	278.685,20

Especiais vinculados	12.640.965,40	12.347.014,60
TOTAL	14.356.827,00	28.665.782,80

Ocorre esclarecer que a 30 de Abril a Tesouraria Geral já havia pago de vencimentos daquele mês a quantia de Cr$ 3.469.238,30, inclusive a Polícia Militar e, bem assim, atendido ao adiantamento de Cr$ .... .. 2.280.000,00 destinados ao pagamento de 1.500 fardos de carne de xarque adquiridos no Rio Grande do Sul para revenda.

E, se não poude ser solvida parte das obrigações da Dívida Passiva, por falta de autorização legal, estão em dia os pagamentos, não só do funcionalismo, como das contas em geral, salvo as que ainda não foram processadas. Tudo isso se faz num regimen de ampla publicidade por ter sido restabelecida a divulgação diária dos balancetes do Tesouro, o que tinha sido, havia muitos anos, abolido.

Sería temerária, porém, qualquer conjectura otimista sôbre a cobertura do "deficit" previsto. Os mêses fiscais que se seguem até setembro são, de ordinário, os mais precários, além de se fazer sentir o efeito da última estiágem, que prejudicou a produção em seu período inicial, e a praga do corucurê que está devastando os algodoais. Não oculta, entretanto, o Govêrno a confiança depositada no esfôrço de recuperação da área escapa a essa influência perturbadora e que tanto está estimulando em sua campanha pela compensação das perdas sofridas nas regiões sacrificadas.

Diretrises iniciais da Administração — Medidas urgentes tiveram de ser postas em prática, não só para normalizar e moralizar a situação do Tesouro, como para fazer funcionar, com relativo rendimento, os ór-

gãos da Administração, até sua reforma definitiva. Intenta-se, assim, instaurar no Estado um clima de órdem pública, paz social e trabalho. Dentre as medidas postas em prática destacam-se:

a) campanha de produção, entendimentos e novos acôrdos com o Govêrno Federal, coordenação e planejamento das atividades dos serviços correlatos;

b) política de assistência aos bairros pobres, visando a instalação de ambulatórios médicos, serviços de água, luz e transporte urbano;

c) reorganização dos serviços de assitência social, coordenação e amparo das instituições.

d) combate aos efeitos da sêca, como o desemprêgo, a falta de abastecimentos, etc.;

e) combate à alta do custo de vida, reorganização da Comissão Estadual de Preços, tabelamento dos gêneros de primeira necessidade, regularização da venda do pescado, aquisição de gêneros para o abastecimento do mercado local, etc.;

f) campanha de saneamento dos serviços públicos, como o expurgo da Polícia Civil e do Fisco de todos os elementos corrutos ou viciados;

g) vigilância constante e adoção de novos métodos de arrecadação, inclusive compra de veículos para inspeção fiscal, evitando-se a evasão de rendas;

h) designação de Comissões para rever atos da Administração passada, atender reclamações do povo e encaminhá-las devidamente documentadas;

i) abolição das passagens de favor, abuso dos automóveis oficiais e de qualquer forma de aproveitamento ilícito dos dinheiros públicos;

j) combate à jogatina que invadia ostensivamente, sob tôdas as suas formas, a capital e o interior do Estado;

k) guerra sem quartel à gatunagem organizada, que chegou a ter um órgão do Estado — a Colonia Penal de Mangabeira — como seu próprio centro;

l) campanha de desarmamento geral, como meio preventivo contra o crime;

m) repressão contra tradicionais coitos de criminosos que se tinham tornado invioláveis;

n) aparelhamento dos serviços públicos mais instantes.

Dominado por essa orientação, e enquanto prepara a planificação administrativa exigida pela Constituição, para o que já iniciou entendimentos com abalisados técnicos, o Govêrno concentrou suas atenções sob um tríplice aspecto: produção — saúde — assistência, entendida esta última no seu sentido mais lato: de amparo e valorização do homem e de justiça social.

a) PRODUÇÃO

Sob o prisma da produção o que se realizou, nesses três primeiros meses, representa, apenas, o esforço da Administração no interesse de regularisar os serviços e criar novas riquezas para elevar o nivel econômico do Estado e enfrentar a crise financeira.

Coordenação dos serviços — Os serviços embaralhavam-se e não tinham articulação definida com os congêneres do Governo Federal. O primeiro cuidado foi, assim, delimitar os campos de ação e coordenar tôdas as atividades afins para o objetivo comum. Empreendeu-se, em seguida, a execução de um sistema, compreendendo:

a) mecanização da lavoura;
b) seleção e distribuição de sementes;

c) financiamento das safras através do crédito cooperativo.

Nêste plano as atividades do Estado se desdobraram em fomento do algodão e da agave, aquisição e revenda de instrumentos agrários, defêsa sanitária, fomento da produção animal e de gêneros alimentícios para abastecimento de núcleos urbanos, experimentos de adubação para diversas culturas, reorganização, fiscalização e instalação de novas cooperativas, bem como distribuição de créditos para o inicio de seus financiamentos.

Fomento do algodão — Assim, na Fazenda Experimental de Pendência prosseguiram os trabalhos de melhoramento do algodão arbóreo. No município de Patos, fez-se o enraizamento de 400 ha. da seleção da variedade P-46, e de 60 ha. no açude Pilões, em cooperação com o Serviço Agro-Industrial do D.N.O.C.S., visando-se, dêsse modo, multiplicar as sementes disponíveis dessa variedade. Foram iniciados os trabalhos de cruzamento de Gossypiam Thurberi X G Purpuraceos, para a obtenção de híbridos resistentes á largata rosada. Foram também adquiridos e distribuidos pelos diversos Postos da 2ª e 3ª Zonas Agrícolas, ao preço médio de Cr$ 1,50 o quilograma, cêrca de 120 toneladas de algodão "Mocó". Para a zona de algodão herbáceo foram compradas, em São Paulo, 300 toneladas do "Campinas 817", variedade já experimentada no Estado em pequena escala, comportando-se vantajosamente, não só pela sua alta produção de fibras de bôa qualidade, como pela sua precocidade.

Fomento do agave — Considerando a notória adaptabilidade do sisal ás terras semi-áridas do Cariri e Curimataú, foi intensificada a sua cultura, naquela re-

gião, que assim poderá ser, ainda mais, economicamente aproveitada. Já se acham enviveirados quinhentos mil bulbilhos, que serão distribuidos no próximo ano, enquanto se está providenciando para o plantio imediato em grandes quantidades de mudas definitivas.

Mecanização da lavoura — A atual Administração dedica especial interesse á mecanização da lavoura, promovendo a reparação da maquinária encontrada e adquirindo novos equipamentos. Foram comprados 12 tratores "Ford" e implementos, pelo custo total de Cr$ 662.860.00, o dôbro do que fôra adquirido pelo Govêrno anterior, em todo o seu período, já se achando os mesmos engajados na campnha da produção. A Secretaria da Agricultura dispunha, apenas, de dez máquinas, só uma em condições de trabalho e as demais dependentes de reparos para o seu funcionamento, no que o atual Govêrno dispendeu Cr$ .... .. 250.000.00. Estando também a produção desaparelhada de veículos, acaba o Govêrno de comprar uma frota de caminhões "Chevrolet Gigante", perfazendo-se o número de 12, com os outros dois novos caminhões "Austin" já postos em circulação.

Instrumentos agrários para revenda — Além da mecanização motorizada, foram adquiridos mil cultivadores de várias marcas e 14.000 enxadas manuais e revendidos por preços inferiores aos do mercado. O Govêrno espera, porém, completar o equipamento agrícola do Estado com a seguinte relação de material que encaminhou ao Ministério da Agricultura para ser importado e revendido pelo custo e a longo prazo, assim como para seu proprio uso:

MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA REVENDA NO PERÍODO DE UM ANO.

Tratores

20 — Caterpillar D—2;
50 — "Ford" Modelo N—8. equipados c arado. grade, sulcador, cultivador e semeadeira de duas linhas.

Plainas e Scrapers

5 — Plainas para trator "Ford", com comando hidráulico.

Arados

20 — Arados de 3 discos.

Grades

20 — de 32 discos lisos;
50 — de 8 discos lisos;
25 — de 6 discos recortados;
10 — de 24 discos recortados.

Cultivadores

5.000 — Cultivadores para tração animal "Planet Junior".

Pulverizadores

1.000 — Pulverizadores para 18 litros.

Polvilhadeiras

1.000 — Polvilhadeiras manuais "Root" BC-3;
500 — Polvilhadeiras manuais "Root" P-2.

Extintorès de Formiga

200 — Extintores de formiga "Werneck".

Desnatadeiras

5 — Desnatadeiras para 200 litros para marca "alfa Laval".

Batedeiras

5 — Batedeiras,

Malaxadores

5 — Malaxadores.

Elevadores de Feno

2 — Elevadores de Feno

Veiculos

10 — Caminhões;
100 — Automóveis tipo "jeep";
25 — Caminhonetes.

Pneumáticos

50 — Pneumáticos para trator "Ford" Modelo N-8, 4 X 19, c|4 lonas;

50 — Pneumáticos para trator "Ford". Modelo N-8. 10 X 28, c/ 4 lonas;
2 — Pneumáticos para trator "Internacional" WD-9 — Dianteiros — 6,50 X 18;
2 — Pneumáticos para trator "Internacional" WD-9 — Traseiros — 14 X 34.

MÁQUINAS PARA USO DO ESTADO

Tratores

2 — Tratores "Caterpiller" D-4, com Buldozer;
3 — Tratores de esteira c/ Buldozer (Caterpiller D-6, Alis Chalmers HD-7 ou Inernational T-D-14), munidos de guinchos;
6 — Tratores "Caterpiller" D-12;
12 — Tratores "Ford" Modelo N-8, equipados c/ arado, grade, sulcador, cultivador e semeadeira de duas linhas.

Plainas e Scrapers

3 — Plainas "Terracer" nº 2;
2 — Scrapers para "Caterpiller D-6".

Veículos

24 — Automoveis tipo "Jeep";
3 — Caminhonetes.

Arados

21 — Arados de 4 discos;

1 — Arado gradeador "Internacional" nº 3, c|12 discos;
1 — Arado gradeador "John Deere", c|15 discos;
2 — Arados gradeadores "Massey Harris" c|9 discos;

Grades

21 — Grades de 40 discos lisos.

Ceifadeiras para Feno

2 — Ceifadeiras para feno, de tração mecânica, para trator "Ford" nº 8.

Ordenhadeiras

2 — Conjuntos completos de ordenhadeiras mecânicas "Surge".

Esta relação já foi aprovada pelo mesmo Ministério que se empenha em abreviar-lhe a importação.

Defesa Sanitária — Contando-se, ainda, com a cooperação eficiente do Ministério da Agricultura, foram distribuidas cêrca de onze toneladas de inseticidas, como "Fenotox", arsênico, arseniatos e guamaquil, e outros que estão sendo aplicados com êxito, no combate ás pragas do algodoeiro, pelo Fomento Agrícola Federal, auxiliado pelos postos agrícolas do Estado.

Ainda para a execução dêsses serviços de defêsa vegetal foram reparados e recuperados, nas Oficinas do Departamento da Produção, 150 pulverizadores manuais, já distribuidos pelas diversas zonas.

As Fazendas do Estado — As Fazendas mantidas pelo Estado entraram numa fase renovadora. Já foram dados os primeiros passos para a aquisição de bovinos das raças Gersey, Schwitz, Ayrshire e Indu-Brasil; equinos das raças Puro Sangue, Inglês, Mangalarga, Bretão e Arabe; asininos da raça Pêga e suinos Poland-China e Berkshire. Trinta e duas mil doses de vacinas "anti-aftosa" foram recentemente adquiridas. E por solicitação dêste Govêrno ao Ministério da Agricultura, o Prof. Otávio Domingues, a maior autoridade brasileira nêsse assunto, virá á Paraíba em junho supervisionar o plano zootécnico do Estado.

Está em execução na Granja São Rafael um plano para produção de cinco mil ovos diários para abastecimento da capital. Nessa Granja foram encontrados .. 445 aves, já tendo êsse número se elevado para 2.497. Está sendo contratada a aquisição de novas aves, inclusive marrecos, das seguintes raças:

2.000 Pintos da raça "New-Hampshire";
1.000 pintos da raça "Plymouth Barred";
1.000 pintos da raça "Ligth Sussex";
1.000 pintos da raça "Rhode Island Red";
1.000 pintos da raça "Gigante Negra de Jersey",
500 marrequinhos de Pequim.

Para êste fim já começaram a ser ampliadas as instalações da Granja.

Na Colônia Penal de Mangabeira desenvolve-se, em vastas áreas, a produção de inhame, batata, arroz, mandioca, milho e hortaliças. Na Granja São Rafael foi também iniciada a cultura de hortaliças, em cooperação com os colonos, que para êsse trabalho receberam assistência técnica e financeira. Tem-se ainda em vista uma grande cultura de arroz nos vales úmidos das Fazendas do Estado, em cooperação com o Fomento Agrí-

cola Federal, utilizando se para isso bombas motores já adquiridas.

Experimentos de adubação — Estão sendo instalados experimentos de adubação do fumo e batatinha em Esperança, de algodão em Ingá, e mandioca na zona da Capital. Atendendo ao apêlo do Govêrno do Estado, o Ministério da Agricultura fornecerá grandes quantidades de sementes de batatinha, que precisa ser renovada por já estar degenerando a existente.

Cooperação com o Ministério da Agricultura — A cooperação entre o Ministério da Agricultura e o Govêrno do Estado tem se feito sentir nos setores do fomento da agricultura e do crédito cooperativo. O Ministro João Cleofas de Oliveira vem dando a essa cooperação a mais lúcida e profícua acolhida. A meu pedido, aquele Ministério enviou para a Paraíba os seguintes instrumentos agrários para revenda aos agricultores:

2 — Conjuntos de tratores de esteira com seus implementos, acompanhados de duas máquinas "Combine".
25 — Conjuntos de moto-bombas centrífugas e Óleo Diesel, de seis polegadas de succção;
100 — Metros de canos de 6";
250 — Metros de canos de 4";
9 — Tratores de rodas, de potencia média;
9 — Conjuntos de implementos (arados e grades correspondentes aqueles tratores);
9 — Debulhadores de milho, a motor;
9 — Caminhonetes.

Também por solicitação minha, remeteu para o Fomento Agrícola Federal as seguintes sementes selecionadas, cuja distribuição está sendo feita:

416 — Sacos de milho, com 24.960 quilos;

418 — Sacos de sementes de algodão, com .... 12.540 quilos.

84 — Sacos de sementes de milho Catete, com .. 5.040 quilos;

213 — Sacos de arroz, com 14.910 quilos.

Tendo o alcance da oportunidade da campanha de produção, logo depois das primeiras chuvas o Presidente Getúlio Vargas prestigiou-a por tôdas as formas, chegando a mandar transportar instrumentos agrários e sementes por uma unidade de guerra, o contra-torpedeiro "Babitonga".

Financiamento e crédito cooperativo — Veiu á Paraíba o Contador Geral da Caixa de Crédito Cooperativo, dr. Paulo Brício, sendo portador da seguinte carta daquele titular ao Governador do Estado:

> "O portador desta é o dr. Paulo Bricio, contador geral da Caixa de Crédito Cooperativo, de viagem para a Paraíba com a incumbência de estudar o financiamento ás cooperativas, assunto de seu constante interesse como uma das formas de incentivar a produção agrícola nesse Estado.
>
> Vai com a minha recomendação de combinar tôdas as providências que se fizerem necessárias para resolver, de vez, o problema do crédito em benefício do pequeno produtor, e ouvir dos seus conselhos e orientação, a palavra autorizada que traçará os rumos para o êxito dessa nova campanha em que o amigo se vem empenhando e á qual prestarei o maior concurso dêste Ministério. Com o cordial abraço do as.) JOÃO CLEOFAS."

Ficou, então, combinado que seria feito um financiamento de emergência diretamente ás cooperativas para a presente safra até a colheita, devendo criar-se, no ano vindouro, uma filial nêste Estado da Caixa de Crédito Cooperativo. Atendendo, também, aos

reiterados apêlos que lhes transmití para o mesmo fim, deu o Banco do Brasil instruções ás suas agências dêste Estado, consoante se vê da seguinte comunicação.

"Em obediência á determinação de nossa Superiora Administração, no Rio de Janeiro, aprazno-nos comunicar a V. Excia. que, em atenção ao vosso pedido, nossa Direção Geral acaba de telegrafar a todas as Filiais, inclusive a esta, localizadas nêste Estado, recomendando apressar o estudo de propostas sôbre financiamentos, formuladas por Cooperativas.

Valemo-nos da oportunidade para testemunhar a V. Excia. tôda a nossa estima e elevado apreço.

Saudações,

BANCO DO BRASIL S|A, em João Pessoa.
(ass.) Rodolpho de Almeida e Albuquerque.
Mario Rodrigues de Carvalho".

Em entendimento pessoal com o Chefe da Carteira de Crédito Agrícola da Agência do Banco do Brasil dêste Estado, sugeri, além do financiamento da agave por que se interessa sobremodo o meu Govêrno, que essa nova forma de assistência financeira fôsse dada especialmente mediante o redesconto dos titulos das cooperativas.

Assistência ás Cooperativas — Para o preparo das condições necessárias ao financiamento da lavoura, o Govêrno do Estado incumbiu o Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de organizar uma rêde de cooperativas idôneas, o que vem sendo feito, reestruturando-se algumas já existentes e fundando-se novas. E, como se retardasse o financiamento

solicitado dos referidos estabelecimentos de crédito, já mandou depositar a importância de Cr$ 1.500.000,00 nessas cooperativas, além de Cr$ 500.000,00 já depositados na Cooperativa Central.

Está ainda o Govêrno tentando atrair alguns estabelecimentos de crédito de outros Estados para operarem com suas filiais na Paraíba.

O grande financiamento, porém, capaz de corresponder a tôdas as solicitações do nosso progresso agrícola, será provido pelo Banco do Estado, depois de ter reconhecido seu aumento de capital e com os recursos já prometidos pelo Presidente da República e o Presidente do Banco do Brasil.

Política de defesa da terra — Esta política rural do Govêrno será secundada, além do enriquecimento do solo pelos necessários suprimentos, por um programa de defesa da terra, como o combate á erosão, á queimada, ao pântano, á saúva e aos efeitos da sêca. Como complemento final, será encarada uma nova política de transportes, não só por meio de construções e melhoramentos de estradas de rodagem, como de ampliação e aparelhamento do Pôrto de Cabedêlo.

b) SAÚDE

A' Secretaria de Educação e Saúde faltava tudo, inclusive um ambiente que permitisse o rendimento de suas atividades. Esterilisava-se numa ala inadequada e exígua da Secretaria do Interior e Segurança Pública, tendo, assim, de ser transferida para um prédio particular, onde se acha funcionando, dotada de novas instalações.

Departamento de Saúde — O Departamento de

Saúde, principal órgão daquela Secretaria, peca, por sua vez, pela falta de qualquer estrutura técnico-administrativa. E' u'a organização anacrônica incompatível com a evolução da prática sanitária. Confinado numa centralização excessiva. está incapacitado de desenvolver suas funções, impedindo dessa forma a produtividade dos próprios serviços criados. Nêstes três mêses de Govêrno conseguiu-se, apenas, que êsse organismo se desemperrasse, já estando a apresentar alguns resultados úteis O Centro de Saúde de João Pessoa também sacrificára sua finalidade profilática, tendo, quanto ao mais, chegado a um estado de decadência em que faltava até algodão para os curativos. Mas, o trimestre decorrido já revelou grande progresso comprovado por dados comparativos. O movimento de matrículas no Dispensário de Tuberculosos teve um acréscimo de 150%. Sem qualquer aumento de verbas, a distribuição de refeições a gestantes e pre-escolares acusou um aumento de 3.307 sôbre os mêses corrsepnodentes do ano anterior.

Essas e outras diferenças documentam-se nos seguintes quadros:

MOVIMENTO DOS DISPENSÁRIOS — ANOS DE 1950 E 1951

Dispensário	FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL	
	1950	1951	1950	1951	1950	1951
Infantil	386	742	419	1.193	433	1.299
Pré-Escolar ..	288	1.081	278	3.953	861	5.163
Escolar	1.055	1.086	272	595	207	1.428
Pré-Natal ..	403	678	446	1.330	334	2.024

Dentário	185	263	356	134	236	2.050
Doenças Venéreas	4.004	3.970	4.636	4.589	3.781	4.863
Dermatologia e Lepra	289	1.804	1.806	1.731	2.009	2.455
Cosinha Dietética	7.002	4.343	7.404	4.421	7.086	4.071
Tuberculose..	200	1.003	80	1.263	114	2.863
Endemias Rurais	1.868	2.172	1.834	2.957	1.751	3.598
TOTAL ..	15.683	17.142	17.531	22.166	16.812	29.814

DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES A GESTANTES E PRÉ-ESCOLARES

SELVIÇOS	FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL	
	1950	1951	1950	1951	1950	1951
A Gestantes..	538	507	567	1.087	264	1.202
A Pré-Escolares	1.665	1.305	1.812	2.391	1.535	3.196
TOTAL ..	2.203	1.812	2.379	3.478	1.799	4.398

Laboratório Bacterológico e Farmacêutico — Além do Departamento de Saúde passaram a funcionar, efetivamente, outros serviços, como o Laboratório Bacterológico e Farmacêutico, que está sendo modernizado para o preparo de alguns medicamentos de grande consumo interno, sendo restabelecida, assim, uma produção há muitos anos interrompida.

Colônia Getúlio Vargas — A Colônia Getúlio Var-

gas vem sendo ampliada com o emprêgo de verbas federais que lhe foram reservadas, no total de Cr$ .... 1.138.571,00. Já foi iniciada a construção de um pavilhão para o alojamento de doentes; de um almoxarifado; de dois grupos de casas geminadas para internos; e de uma residência para funcionário.

Lactários e Ambulatórios — Entrou a funcionar o Lactário "Teixeira de Vasconcelos", no bairro de Santa Júlia. E está sendo criada uma rêde de Ambulatórios nos outros bairros desta capital, a começar por Cruz das Armas, Ilha do Bispo e Mandacarú.

Postos de Saúde no interior — Estando vagos, em detrimento das populações do interior, vários Postos de Saúde por falta de verba orçamentária, preencheu o Govêrno alguns dêles, utilisando o crédito extraordinário de Cr$ 6.000.000,00 aberto para ocorrer às despesas com a calamidade pública ocasionada pela estiagem.

Comandos Sanitários — Assinalou-se, sobretudo, a ação dos comandos sanitários, já desconhecidos e que voltaram a atuar em defesa do povo que sofria as consequências dos ambientes anti-higiênicos e da contrafação e fraude dos produtos alimentícios, principalmente do leite. Foram tomadas ao mesmo tempo providências para a remoção de estábulos situados no centro urbano.

Sanatório para Tuberculosos — Deu o Serviço Nacional de Tuberculose início à construção de um Sanatório para duzentos leitos, iniciativa por que se empenhou, antes da posse, o atual Governador do Estado.

Fundação Napoleão Laureano — Tendo o Govêrno oferecido terreno à Fundação Napoleão Laureano, para a construção idealisada por essa figura de paraibano que já se tornou lendária, pelo seu heróico altruismo, bem como solicitado que viessem técnicos escolher a área que preenchesse os necessários requesitos, já se encon-

tram, para êsse fim, nesta capital, o dr. Jorge Marsillac, cirurgião e cancerologista, Chefe da Clínica do Serviço Nacional do Câncer, e o Engenheiro Arquiteto dr. Jorge Ferreira, da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde.

c) ASSISTENCIA

Consagrava-se o Govêrno à reorganização dos serviços de Assistência, para atribuir-lhes u'a amplitude capaz de atenuar a situação de desamparo dos inválidos e das famílias sem arrimo, quando êsse problema assumiu a sua forma mais trágica.

A calamidade da Sêca — Manifestavam-se no interior do Estado os primeiros sintomas de uma nova calamidade pública. Era a sêca que, de súbito, passou a absorver todos os cuidados e atenções do Govêrno, determinando a paralização das iniciativas em andamento. Fixei, então, êsse quadro num telegrama expedido ao presidente da República, em resposta ao seguinte pedido de informação:

> "Estou impressionado com o noticiário da imprensa relativo ao alastramento da sêca. Desde a partida do Diretor do D. N. O. C. S. não recebo comunicação sôbre as medidas tomadas por aquele Departamento em coordenação com os outros órgãos federais. Desejaria ser informado sôbre o encaminhamento das providências, bem como sôbre outras recomendações que parecem oportunas na atual emergência. A palavra autorisada de V. Excia, pelo seu conhecimento do problema, pelas funções já exercidas, como pela sua autoridade moral, tem grande valor para a orientação do Govêrno. Cordiais saudações. (as.) GETULIO VARGAS."

Assim descreví o panorama que se apresentava, com a fidelidade de quem acabára de percorrer a região exposta ao flgelo, observando in loco as suas condições e necessidades:

"Atendendo ao honroso apêlo de V. Excia. dou o meu depoimento sôbre a situação com absoluta lealdade. Mantive com o Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em mesa redonda. com a presença dos chefes de distritos do mesmo Departamento, em todo o nordeste, longo debate sôbre as medidas mais indicadas para minorar a crise que se alastra. Trazia êle um programa rígido de maneira a não poder ampliá-lo com o fim de favorecer a tôdas as regiões atingidas. Só na hipótese da decretação de calamidade pública poderia admitir maior amplitude. Ficava assim adstrito à sua orientação técnica, embora autorisando o reforço do pessoal das obras existentes, surgindo, em consequência, vários problemas correlatos sem as necessárias providências. Declarou-me não se responsabilizar pelo deslocamento de flagelados, já concentrados em algumas cidades, para os setores de trabalho, com ameaças de perturbação da órdem pública; nem pelo abastecimento, que assume nêstes momentos anormais excepcionais proporções, ainda mais agora devido ao exagerado custo de vida e esgotamento geral; e tão pouco pela assistência à população marginal de inválidos e famílias sem arrimo, a maior vítima das contingências da sêca. Entendí-me, ao mesmo tempo, com o engenheiro Antonio Baltar, chefe do Quarto Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em Pernambuco, que ajustou, nas proporções ao seu alcance, a coopera-

ção com o Departamento Estdual para atender a certas zonas. Estava presente o Chefe do Serviço Agro-Industrial do Departamento de Sêcas, agrônomo Guimarães Duque, que se prontificou a acolher, desde logo, nos postos agrícolas, cerca de mil e quinhentos homens. Além disso, pretendia eu solicitar de V. Excia. que autorizasse ampla admissão de pessoal com o aumento das verbas destinadas às construções ferroviárias de Salgadinho-Puxinanã e Mossoró-Souza nêste Estado, abrangendo a primeira vários municípios.

Iniciaria eu, igualmente, além de estradas, a construção de açudes em cooperação, suscitando outras atividades como a cultura irrigada por meio de bombas a motor, a mineração, o desenvolvimento da indústria do caroá, tudo afinal que comportasse uma extensa mão de obra. Conforme ficou combinado mandei encaminhar as primeiras levas acumuladas em Patos para o ramal de Piancó, o que ocorreu com grande regosijo, em vinte e seis caminhões lotados, com a cooperação do Estado e de particulares. Mas acabo de receber reclamações de pessoas representativas daquele município contra a fixação do salário de doze cruzeiros, sujeito a descontos e ao regime de fornecimento, mantido por falta de distribuição, até agora, de numerário, reduzindo-se assim o mesmo salário a oito cruzeiros e sessenta centavos, o que acrescentavam, estava determinando protestos de alguns elementos. Realmente essa remuneração não atende às necessidades de subsistência, num meio onde a carestía de vida se elevou a níveis incomuns. Ao mesmo tempo, o Prefeito de Cajazeiras, no extremo oeste, comunica que convergiram para êsse mu-

nicípio mais de mil pessoas que procuram trabalho, num momento em que o Govêrno do Ceará proibe a saída de gêneros alimentícios que escasseiam no interior da Paraíba. A situação terá de ser considerada desde logo, como de emergência para comportar uma organização que compreenda todos os setores, com tôdas as suas modalidades, dentro da brevidade necessária, para que não se crie, concomitantemente com o problema do desemprêgo, o de assistência à população em massa. O que mais interessa é transportar estoques para todo o nordeste, destinados à revenda com márgem limitada de lucro, resolvendo-se, desde logo, o mais angustioso problema nacional que é o do custo da vida, sempre agravado no nordeste nas irrupções de sêca, mormente nesta hora de exaustão. Seriam então organizados os serviços públicos de preferência os de evidente utilidade, abrangendo o maior número de municipios, para evitar a mobilidade interna e as emigrações entre os Estados, fatores de agravação do problema. O ministério da Educação mandaria missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistemática e completa assistência médico-sanitária, conjurando-se os surtos epidêmicos, como já se vem manifestando no açude "Condado". Nessa emergência, a população desamparada, como os inválidos e famílias sem arrimo, exige uma assistência racional de grandes proporções, por se achar esgotada a própria capacidade de dar esmolas.

Além das instituições beneficentes e das corporações militares, os Institutos poderiam ser mobilizados para uma tarefa de tamanha envergadura, cuja solução terá de empenhar tôdas as fôrças

da solidariedade nacional. Tudo, porém, deverá ser feito em caráter de campanha. Acabo de apelar para o representante do Fundo Internacional de Socôrro à Infância, dr. Ismael Martinez Sottomayor, para dar aos seus serviços de fornecimento de leite um critério de emergência. Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia. Creio que contando com ampla cooperação dos órgãos mais adequados, será suficiente a cota constitucional para manter essa organização geral. Os Estados por sua vez, como estou fazendo com o maior sacrifício, terão de colaborar para sua própria salvação. Nem tudo, porém, já está perdido. Previ esta estruturação para o auge da crise, na hipótese de se acentuar a calamidade por falta de chuvas que ainda poderão sobrevir. Atenciosas saudações. — JOSE' AMERICO."

Daí por diante sabe tôda a Paraíba o que fiz, e o que, não podendo fazer, consegui em incessantes apêlos dirigidos ao presidente Getúlio Vargas, já vinculado aos destinos de nossa terra como seu bemfeitor, desde 1932.

Crédito extraordinário — Antes de qualquer socorro que viesse de fóra, abri o crédito extraordinário de Cr$ 6.000.000,00 para os seguintes fins:

a) assistência aos inválidos e famílias sem arrimo;

b) abastecimento, mediante revenda ao preço do custo, de gêneros de primeira necessidade;

c) admissão de médicos e auxiliares para a assistência médico-sanitária;

d) fornecimento dágua às localidades que tiverem seus mananciais exgotados;

e) localização de flagelados em fazendas do Esta-

do ou particulares que estiverem em condições de recebê-los;

f) aquisição ou locação de viaturas para transporte de gêneros alimentícios e de flagelados;

g) cultura irrigada no leito dos rios mediante a utilização de bombas-motores; e

h) admissão de engenheiros, agrônomos e técnicos agrícolas e aquisição de instrumentos agrários.

Comissões de Socôrro — Servindo-me dêsses recursos constituí Comissões de Socôrro nos Municípios flagelados compostas das pessoas mais representativas, inclusive de elementos oposicionistas, com o fim especialmente de fixar a população, evitando, dessa maneira, as debandadas históricas que, em outros lances, invadiam todos os recantos do Estado, desorganizando seu rítmo de vida.

Entendimentos com o Presidente da República — Entretive, depois, com o Presidente da República, através do seu Secretário, sr. Roberto Alves, e diretamente a seguinte conversa telegráfica:

Do Sr. Roberto Alves

"O Presidente acusa o recebimento do telegrama e vai tomar as providências sugeridas e mais outras que forem necessárias. Deseja preliminarmente fazer a remessa dos víveres e medicamentos para serem distribuidos por intermédio do Chefe do Departamento de Sêcas. Pede para entender-se com êste e saber onde deverá ser feita a entrega, solicitando resposta imediata".

"O sr. Presidente esclarece que devendo seguir sábado o chefe do Serviço Nacional de Saúde, acompanhado de médicos e enfermeiros do Ministério da Educação, pede que o governador José Américo informe

que espécie de vacinas e outros medicamentos seriam necessários, aguardando resposta imediata".

"O sr. Presidente pede informar, também, qual a quantidade de leite necessária".

Ao sr. Roberto Alves

"Deixei de dar as respostas imediatas solicitadas durante a conferência da noite de ôntem, aguardando a volta do Diretor do Departamento de Saúde Pública, da zona da sêca para esclarecimentos mais concretos. Não tendo êle chegado, ouví o Secretário de Educação e Saúde Pública que, além de vacinas anti-variólicas e anti-tíficas, acha necessária a remessa de remédios para tratamento de disenteria, cloro-micetina, sulfas, vitaminas, etc. Desejo, porém, esclarecer que já apelára, anteriormente, para uma simples vacinação preventiva, só tendo recebido informações de casos de febres tifoidicas no açude Condado e febres sem especificação em Patos. Quanto aos gêneros alimentícios, além do pedido anterior de Cajazeiras, recebí hoje de Antenor Navarro a informação de que há grande falta de cereais. E onde restam algumas reservas os preços se tornam inacessíveis à maioria da população. Grandes partidas de xarques, arroz, feijão, farinha de mandioca, poderiam suprir as necessidades que se generalizam.

Pondero, entretanto, que o Departamento de Sêcas está desaparelhado por falta de veículos e não ter postos locais para essa destribuição, salvo os açudes Condado, São Gonçalo, Curema, Santa Luzia e Pilões, e alguns apenas com zeladores, Além disso o presidente precisa saber que só há até agora organização de serviço de sêcas no ramal de Piancó. O Diretor do Departa-

mento Nacional de Obras contra as Sêcas anunciou antes de ôntem em Patos completa e eficiente organização de trabalho, entretanto, as demais partes de seu programa estão dependentes de soluções posteriores, a saber: o início da construção do açude Espinho Branco está embaraçada por uma medida judicial; o açude Boqueirão só poderá ser construido depois de feitas as sondagens e a estrada de Ficuí só será atacada após a decretação de estado de calamidade pública. E apenas os açudes Pilões e São Gonçalo estão autorizados a receber trabalhadores. Todo o resto do Estado está desamparado, sendo contida a população pelas comissões de socorros imediatos, que constitui, além da palavra que transmití de confiança no Presidente da República.

Recebí com grande satisfação a notícia de que os Departamentos de Estradas de Ferro e Rodagem já tiveram instruções para admitir o pessoal. Para o abastecimento conviria mandar uma pequena comissão chefiada por pessoa idônea, trazendo alguns caminhões para redistribuição, devido a exorbitância dos preços dos fretes, no interior. Há meios de armazenamento de grandes estoques nesta Capital. A fiscalização da margem de lucro poderia ser confiada aos coletores federais. Estou visando o abastecimento de tôda a população do interior para minorar a maior crise sempre agravada nas irrupções de sêca que é a da monstruosa majoração do custo da vida. Para a alimentação das grandes concentrações de trabalhadores nas obras, seria interessante trazer alguns elementos do SESI de São Paulo, já experimentados no preparo da ração de operários, como verifiquei, medida que poderia determinar melhores condições de nutrição.

Relativamente à missão de Saúde convém esclarecer que, não havendo ainda concentração de trabalha-

dores nas obras, seria conveniente trazer ambulâncias para o serviço itinerante, em condições mais econômicas de benefícios generalizados. As estradas principais encontram-se em regulares condições de transito. Quanto ao leite, o Fundo Internacional de Socôrro à Infância dispõe aqui de cêrca de trezentas toneladas, além do estoque que se encontra em Fortaleza destinado à Paraíba. Meu apêlo foi, pela necessidade de salvar a infância desprotegida, que se désse a êsse serviço um caráter de emergência, independente da exigência de só poder ser distribuido o leite nos postos de puericultura que são raros. Permitida também a distribuição itinerante seriam atendidos os distritos e totalidade dos locais atingidos. Existem aqui, no pôrto de Cabedelo, duas ambulâncias pertencentes ao FISI que, adotado o regime de emergência, poderiam colaborar em tôda a zona da sêca. Lembraria, ainda, que a missão de saúde se incumbisse também do serviço de assistência social, fornecendo alimentação aos inválidos e famílias sem arrimo, enfim aos incapacitados para o trabalho.

Verificando-se um novo fenômeno, que é o esgotamento quase generalizado dos mananciais, inclusive nas localidades mais próximas da capital, o Estado está fornecendo água transportada de grandes distâncias, de maneira precária Apelei para a cooperação do Sétimo Batalhão de Engenharia, que se prontificou a ceder pequenas viaturas, sem, contudo, o necessário equipamento. Muito agradeceria se conseguisse a vinda imediata de carros tanques para êsse fim. Melhor seria, porém, que antes de qualquer dessas iniciativas o presidente mandasse imediatamente em avião militar uma pessoa de sua confiança com capacidade de observação para examinar a situação e as condições locais, colhendo elementos que inspirariam uma organização definitiva dos

Serviços de assistência destinados ao nordeste. Estou disposto a acompanhá-lo, facilitando êsse trabalho, dentro no máximo de quatro dias. Deixo de seguir até aí para consertar pessoalmente providências, pela necessidade de estar atento à situação do interior, principalmente à órdem pública, sujeita a explorações subversivas".

Do sr. Roberto Alves:

"O Presidente já está providenciando a remessa de gêneros por via aérea que deverá chegar aí amanhã, bem como por via marítima. Pede informar agora mesmo onde deverá ser entregue a remessa aérea e a qual autoridade. Estamos no telégrafo do palácio Rio Negro aguardando vossa resposta".

Ao sr. Roberto Alves:

"Receberemos os gêneros no aeroporto de Santa Rita, nesta Capital, podendo ser entregues ao secretário da Agricultura, dr. Pedro Gondim, que os armazenará até órdem posterior do Govêrno Federal para seu destino, salvo se forem dadas outras instruções que cumpriremos. Peço avisar a hora da chegada dos aviões. Caso os aparelhos possam fazer a distribuição no interior, temos campos de pouso em Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. A remessa por via marítima poderá ser entregue no pôrto de Cabedelo".

Do sr. Roberto Alves:

"De órdem do sr Presidente da República, a distribuição de gêneros alimentícios ficará sob vossa orientação em colaboração com o chefe do serviço de Obras

contra as Sêcas. Partirei agora mesmo para S. Paulo afim de providenciar a remessa por via aérea de acôrdo com os desejos de V. Excia. e tomar outras providências para o imediato embarque por via marítima".

Ao Presidente Getúlio Vargas:

"A situação continúa inalterada. Chegaram, entretanto, notícias de chuvas nos municipios de Princeza e Monteiro. Recebí um telegrama de Patos, comunicando que já foram alistadas duas mil trezentas e vinte e seis pessoas. Amanhã deverão chegar da zona da sêca o secretário das Finanças e o diretor da Saúde Pública, que percorreram tôda a região atingida pela estiagem. Transmitirei as suas impressões. Recebí uma comunicação do dr. Roberto Alves de que me caberia a orientação do abastecimento, de acôrdo com o Departamento de Sêcas. A órdem pública não sofreu nem parecerá sofrer nenhuma alteração. Reitero os meus agradecimentos, em nome do povo paraibano".

Do sr. Roberto Alves:

"De órdem do sr. Presidente da República partirá amanhã ás 10 horas, um aviãc levando médico, enfermeiros e medicamentos do Serviço Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde. Também de São Paulo partirão ás 9 horas seis Douglas da F.A B., um DC—4 e um outro avião da "Aerovias" com gêneros alimentícios. Estou providenciando outra remessa de gêneros por via maritima, devendo sair o navio do pôrto de Santos, destinado a Cabedelo, conforme os desejos de S. Excia., que tudo fará para minorar os sofrimentos dos heróicos nordestinos".

Ao sr. Roberto Alves:

"Recebi a comunicação da vinda dos aviões com os médicos, enfermeiros e víveres. Estou tomando as providências para o imediato encaminhamento dêsses elementos e do respectivo material. Acaba de chegar do Recife o cel. Hardman da 2ª Zona Aérea que pôs à minha dispisição uma flotilha de viaturas. Pode assegurar ao Presidente que com essas providências se inicia e poderá completar-se a organização necessária para enfrentar a crise. Teremos os meios de dominar a especulação do mercado de gênero alimentícios, resolver os problemas de transportes, deslocando os trabalhadores, e distribuindo as cargas, bem como dar assistência médica. Só nos faltam os carros-pipas, que consta haver na Região em Recife, para o fornecimento de água na zona intermediária entre o litoral e o sertão, onde, por um fenômeno novo, se esgotaram os mananciais. A Paraíba saberá agradecer a solicitude dessas medidas".

Comissão Médica Federal — Chegou, logo depois, á Paraíba a Comissão Médica Federal, dirigida pelo ilustre cientista brasileiro, Dr. Arlindo de Assis. Para se ter uma idéia de seus benefícios, atalhando os surtos epidêmicos que acompanharam sempre a história de tôdas as sêcas, basta consultar os dados estatísticos constantes de seu relatório:

"*Localidades percorridas, inspecionadas e trabalhadas* — Patos, séde da Comissão, Condado, Piancó, Pombal, São Gonçalo, Souza, Pilões, Piranhas, Curema, Uiraúna, Cajazeiras, Jatobá, Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos, Jericó, Brejo do Cruz, Taperoá, Bom Sucesso e outras menos importantes".

Vacinações — 21 382, com 13 460 imunisações completas contra as febres do grupo coli-tifoidico.

Vacinações e re-vacinações anti-variólicas — [illegible] 20 632, com o alto percentual de mais de 80% de positividade."

Agradecimento ao Presidente da República — O meu Govêrno e o povo paraibano serão sempre sensíveis a essa benemérita assistência com a abundância de sentimentos que tentei interpretar no seguinte telegrama dirigido ao Presidente da República:

"Ao se encerrarem os serviços da Comissão Médica Federal que Vossa Excelência houve por bem nos enviar no momento em que se formavam grandes concentrações vítimas da estiagem, venho traduzir tôda a sensibilidade do povo paraibano, principalmente da população do interior por êsse extraordinário benefício. Estando então a Paraíba desaparelhada para uma defesa sanitária e, assim, ameaçada de reprodução de surtos epidêmicos, fatalidade do quadro de tôdas as sêcas, ficou logo tranquila pela certeza de salvação do seu patrimônio humano. E desenvolveu-se a assistência desde sua organização modelar, graças à proficiência do professor Arlindo Assis, Diretor do Departamento Nacional de Saúde, até a atuação de médicos e enfermeiras, cujos nomes tenho a honra de recomendar a Vossa Excelência de maneira inolvidável pela sua extensão e eficiência. Guardo o relatório dessas atividades, recebido das mãos do dr. Baeta Pellon, Diretor da Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação e Saúde e um dos grandes fatores da campanha vitoriosa, como um documento que se integrará eternamente na história do meu Estado. Cordiais cumprimentos. JOSÉ AMÉRICO".

Abastecimento por via aérea e marítima — O abastecimento feito via aérea, por órdens diretas do presi-

dente Getúlio Vargas, produziu o mais benéfico efeito psicológico, inspirando confiança nos socorros e desmoronando a especulação que nunca deixou de explorar essa forma mais dolorosa da miséria e da fome em todos os períodos críticos dos anais sertanejos. E, como por encanto, foram aparecendo os estoques de gêneros alimentícios que tinham sido ocultos como tesouros.

Completando-se por via marítima, o abastecimento a baixo preço foi um dos remédios salvadores da crise que se agravava.

Esgotamento dos recursos do Estado — Aconteceu, porém, que, falhando algumas previsões no plano geral de obras fixado em Mesa Redonda com os Chefes de Serviços Federais, acumulavam-se os ônus do Estado. Já sem recursos para suportar êsse pesado encargo, enviei o seguinte telegrama à representação federal da Paraíba:

> "A situação do Govêrno do Estado torna-se insustentável nesta emergência pelo ônus que já assumiu sempre agravados pela incessante afluência de pessoal nas obras a seu cargo e novos problemas que interferem. Tomamos a responsabilidade de tôda a assistência social mediante comissões de socorro na quase totalidade dos municipios com a exigência de novos suprimentos. O Departamento de Obras Contra as Sêcas limita-se às suas obras, incumbindo-nos a mobilização do pessoal para dissolver as concentrações que estão sempre se formando, bem como os transportes, inclusive das viaturas militares que acarretam despesas de combustível e reparos. Além disso estamos fornecendo água transportada de grandes distâncias a dez localidades onde secaram totalmente os mananciais, chegando ou-

tros pedidos da mesma natureza. Finalmente o Departamento de Obras Contra as Sêcas atende apenas com a estrada de Patos—Piancó a quatro municipios e o açude São Gonçalo abriga duas mil duzentas pessoas. Tudo mais corre por conta do Estado que está esgotado e impossibilitado de continuar a arcar com êsse imenso sacrifício. Basta dizer que o D. E. R. já mantém, sem dispôr de material suficiente, seis mil homens, recebendo-se notícias de que chegam novas levas. Para não deixar as populações abandonadas estamos admitindo pessoal até para conservação de estradas municipais. Peço pois num verdadeiro gesto de desespêro que se reúna tôda a representação, sem distinção de côr política, e vá incorporada ao presidente da República transmitir o apêlo que agora formulo. Manteremos e desenvolveremos nossas atividades em outros setores. mas precisamos que o Departamento de Sêcas chame a sí a conclusão da estrada Catolé—Patú, que consiste na construção aproximada de três quilômetros finais e revestimento geral e a conclusão do ramal Jericó de aproximadamente quatro quilômetros. Além disso deverá o mesmo departamento atacar os serviços que lhe competem de conservação do trecho Triângulo a Catolé. Assim será aproveitado o pessoal que já se concentra entre Catolé e Brejo do Cruz no total de quatro mil homens, conforme cálculo do dr. Isnard Teixeira, Chefe da Comissão Médica Federal que acaba de chegar dessa zona. Pediriamos, outrossim, que o Departamento de Sêcas atacasse a estrada Antenor Navarro—Uiraúna, entroncando com a estrada Luiz Gomes—Mossoró, cuja construção acaba de ser autorizada

pelo Govêrno Federal como uma grande solução para as dificuldades do Rio Grande do Norte por compreender vários Municípios e comportar mais de dez mil trabalhadores. Também nos desafogaria, para podermos suprir outras deficiências, que o Departamento de Sécas se responsabilizasse pela estrada Desterro—Taperoá com trinta e cinco quilômetros, já locada e com trabalhos de construção iniciados. Atravessa essa estrada uma zona que, se persistir a sêca, ficará reduzida a precaríssimas condições. Não podemos negar que foram distribuidas para as obras contra as sêcas na Paraíba vultosas dotações, mas destinadas a construção do Açude Boqueirão, que ainda não está projetado, podendo ser aplicadas apenas na estrada de acesso; no açude Espinho Branco, cuja construção está impedida por um interdicto proibitório, bem como na estrada Barra—Picuí para simples melhoramento, num pequeno trecho; além da estrada Patos—Piancó já referida. Conhecem bem os representantes da Paraíba o seu Estado para compreenderem que a quase totalidade do seu território está sem assistência, fóra da nossa que já não dispõe de recursos. Poderá também o Departamento de Sêcas atacar em maiores proporções os melhoramentos de sua estrada Mariz ópolis—Cajazeiras, onde se encontra apenas uma turma de conservação com dezoito homens. Na Mesa Redonda realizada nesta capital com a presença do engenheiro Vinicius Berredo, o engenheiro Antonio Bezerra Baltar, Chefe do Quarto Distrito do D. N E. R., com sede em Recife, prometeu um plano imediato de serviços de conservação, revestimento e retificação capaz de a-

tender a várias zonas desamparadas, o que infelizmente não foi ainda executado, apesar de sua manifesta bôa vontade e compreensão, já tendo conseguido um adiantamento de dois milhões de cruzeiros do Fundo Rodoviário Nacional para o D. E. R.. Solicito que intervenham junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para que êsse programa seja executado com a máxima brevidade, intensificando-se os trabalhos nos pontos mais necessitados, como de Patos a Souza, especialmente o trecho que interessa a Pombal ainda inteiramente desservido. Poderão apresentar êste plano com a condição de ser reduzido, caso sobrevenham chuvas, que assegurem, embora tardiamente, trabalhos e produção agrícola. Já fiz ôntem um apêlo em linhas gerais ao presidente da República por intermédio do seu auxiliar, dr. Roberto Alves, mas convém que êle ouça de viva voz o testemunho de homens conhecedores do nosso ambiente e das nossas condições. Agradeçam mais uma vez a valiosissima contribuição, que facilitou a solução do problema do abastecimento tão grave quanto o do desemprêgo, bem como a assistência médica, que tem sido modelar."

O D. N. O. C. S. atendeu, em parte, ao meu apêlo, encarregando-se dos trabalhos de construção rodoviária do municipio de Catolé do Rocha e facultando a admissão do pessoal em algumas de suas obras.

A Conferência Algodoeira — E, vindo depois ao nordeste para tomar parte na histórica Conferência Algodoeira que se encerrou em Campina Grande, o Ministro Horácio Lafer, titular da pasta da Fazenda, com a acuidade de sua visão, inteirou-se pessoalmente das peculiaridades do drama nordestino, proporcionando

meios para a sua debelação, inspirado pelos compromissos reiterados do presidente da República de que não nos deixaria desamparados.

Cooperação de outros Ministérios e do Fisi — Posteriormente visitou a Paraíba o Ministro da Viação, engenheiro Alvaro de Sousa Lima, que se inteirou de viso dos seus problemas peculiares, principalmente no setôr que lhe compete. A barragem do Boqueirão, por exemplo, passou a ser um dos seus indeclináveis compromissos de administrador. Registro, também, a parte que tomaram, nessa hora de provação da Paraíba, o Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Guerra e o Ministério da Marinha, bem como o Fundo Internacional de Socorro á Infância (Fisi), cada qual nos prestando, conforme os apêlos formulados, o mais útil concurso.

Recuperação das pérdas com a estiágem — Finalmente a Providência apiedou-se da Paraíba. Surgiram as chuvas, embora tardias, sem possibilidade de reparação dos desfalques e prejuizos já causados pela estiágem, que em alguns municípios se prolongava havia mais de oito a dez mêses. mas poupando-nos á pêrda total da economia paraibana num dos seus setores mais fecundos pela sua agricultura específica, que é o algodão mocó, de surpreendente resistência

Ainda traduzí, néstes têrmos, a gratidão dos paraibanos ao presidente Getúlio Vargas pelo bem que nos foi administrado:

> "Continúa a chover abundantemente em toda a área da sêca. Se as chuvas continuarem como penso, estará sensivelmente atenuada a situação, ficando assim a Paraiba a dever a Vossa Excelência o não se ter desorganizado nessa hora de crise, pela pontualidade e eficácia das providências adminis-

tradas. Venho agradecer, também, as novas concessões feitas por intermédio do Ministério da Fazenda, que saberei utilizar nesta fase de desmobilização gradativa do pessoal e para suprir as deficiências da produção, com parcimonia e cautela. Cordiais cumprimentos."

Sementes para os agricultores — E não cessaram as providências. Tendo pedido, depois de normalizado o tempo, a remessa urgente de sementes para ressarcir, com a intensificação das culturas nas zonas mais beneficiadas pela chuva, as perdas sofridas nas regiões devastadas, foi correspondido êsse apêlo pela forma mais impressionante — o transporte, por meio de uma unidade de guerra aproveitada por sua velocidade.

E aí está a Paraíba, depois de ameaçada de total aniquilamento, intacta e reintegrada na sua vida de trabalho e de progresso.

DEPARTAMENTOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS AO GOVÊRNO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Passado o período anormal com tôdas as suas exigências, voltou o Govêrno a tomar contáto com as necessidades da administração. E foi reencontrado o cáos. E' a questão do pessoal assim caracterisada em nota publicada no órgão oficial:

> "Já tem sido focalizada á luz de documentos oficiais a situação desordenada em que o atual Govêrno do Estado encontrou o serviço público, notadamente no que se refere à administração do pessoal.
>
> No Quadro Unico do Estado, evidenciava-se o desprêso manifesto aos dispositivos legais configurado no provimento mediante promoção dos cargos integrantes das diferentes carreiras sem a ocorrência do requisito substancial de vaga a ser preenchida. Mais ainda, verificava-se o critério absurdo de nomeação para cargos excedentes á própria estrutura da carreira que integrava, decorrendo daí despêsa superior ás respectivas dotações orçamentárias em importância acima de quatrocentos mil cruzeiros.
>
> Paralelamente ao que ocorria em relação aos cargos de carreira, constatava-se a prática abusiva e perniciosa de concessão de melhoria de referên-

cia das séries funcionais integradas pelos extranumerários mensalistas, com evidente inobservância do interstício regulamentar e da gradação de aumento exigidos, de sorte que mensalistas houve, aliás em grande número, cuja melhoria de salários atingiu a mais de duas e, muitas vezes, a mais de seis referências acima da que ocupavam, como também houve dêsses servidores que obtiveram mais de uma vez acesso dentro do mesmo ano.

Foram essas, além de muitas outras, as irregularidades encontradas nos quadros do funcionalismo estadual. Claro está que não podia o Chefe do Executivo manter-se impassível diante de tão graves ocorrências administrativas. E foi assim que logo se efetivaram as providências tendentes a corrigir essas anomalias, que não só comprometiam as finanças do Estado, como estavam em flagrante desacôrdo com os princípios de moralidade administrativa.

Nada obstante as providências adotadas pelo Govêrno, observou-se que continuava irregular a situação dos extranumerários mensalistas. Com efeito, em quase tôdas as séries funcionais havia número excedente de servidores, subindo, precisamente, a duzentos e vinte e nove o número de ocupantes de referências de salários sem a correspondente dotação orçamentária, com despêsa superior a um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

Tendo em vista que o controle financeiro constitui um dos aspectos mais importantes da administração do pessoal e considerando ainda que a permanência daqueles extranumerários no serviço público era manifestamente ilegal, desde que não

estavam as respectivas referências cobertas pela necessária dotação orçamentária, determinou o Chefe do Executivo a dispensa dos mesmos, recomendando, entretanto, que se procedesse a rigoroso estudo de cada caso, visando a readmissão, nas vagas que ocorressem nas várias séries funcionais, dos que não dispuzessem de meios de manutenção.

Os atos de dispensa foram publicados no "Diário Oficial", incluindo-se entre os mensalistas excedentes, pouco mais de cem regentes de classe, para as quais, como ficou esclarecido, não havia autorização legal de pagamento".

Envés de desencadear derrubadas em massa, nomeou o Govêrno uma Comissão para a revisão dêsses atos ilegais, incluindo membros de vários partidos, inclusive oposicionistas. Na falta, porém, de fundamento legal para o pagamento, teve de antecipar algumas dispensas, como dos auxiliares de coletoria e posteriormente dos excedentes das tabelas numéricas de referência. Assim agiu, no primeiro caso, em face da seguinte exposição de motivos feita pelo Secretário das Finanças:

"Sr Governador:

No mês de janeiro último, o meu antecessor nesta Secretaria encaminhou ao Departamento do Serviço Público a proposta de admissão, como extranumerários contratados, de 71 Auxiliares de Coletoria, cujos nomes constam das relações que acompanharam os oficios n.s 2 e 18, de 3 e 17 do referido mês.

Entretanto, a lei orçamentária do corrente exercicio só consignou dotação para a admissão de 40 daqueles servidores, no total de Cr$ .... 336.000,00.

Reexaminando o assunto, deliberou esta Secretaria modificar a proposta inicial, no sentido de só serem renovados os contratos de Auxiliares de Coletoria em número igual ao da fixação orçamentária, com o aproveitamento dos que já vinham exercendo a função e mediante a observância dos seguintes requisitos, em órdem de precedência:

1º — Os que tenham assegurado, por qualquer prescrição legal, a estabilidade no serviço público;

2º — Os que tenham maior tempo de serviço público, apurado pelo DSP;

3º — Os mais antigos no exercício da função.

A' luz dêsse critério, organizou-se a relação anexa contendo os nomes dos candidatos à renovação dos contratos de Auxiliares de Coletoria. em número de 40 e com o salário total de Cr$ .. 336.000,00, dentro, por conseguinte, do limite fixado na respectiva dotação orçamentária.

E, assim, tenho a honra de solicitar a aprovação de Vossa Excelência para a modificação proposta e o encaminhamento da presente ao Departamento do Serviço Público, para as alterações e providências necessárias,

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu respeitoso apreço.

as) João Guimarães Jurema".

Quanto aos demais casos, procedeu o Govêrno de acôrdo com a seguinte exposição de motivos do Diretor Geral do Departamento do Serviço Público:

"Senhor Governador:

Em 6 de março findo, aprovando a exposição de motivos n. 8, dêste Departamento, expediu Vossa Excelência ato cancelando as melhorias de salário concedidas ao pessoal extranumerário mensalista no período de 1 de janeiro de 1950 a 31 de janeiro do corrente ano, sem observância das formalidades legais, entre as quais a da existência das necessárias dotações orçamentárias.

Em consequência à medida sugerida e aprovada, procedeu êste Departamento ao reajustamento das séries funcionais de mensalistas, fazendo as devidas correções nas fichas individuais dos servidores atingidos e organizando o quadro demonstrativo da situação das referidas séries funcionais, comparativamente com as dotações para o pessoal extranumerário mensalista consignadas na Lei n. 503, de 30 de novembro de 1950 (Orçamento em vigôr).

Não obstante a providência aludida, a situação dos extranumerários mensalistas continúa irregular. Em quase tôdas as séries funcionais há número excedente de servidores, de diversas referências de salários, em relação ás dotações orçamentárias.

Como poderá vêr Vossa Excelência da demonstração que acompanha a presente, sobem a 229 (duzentos e vinte e nove) os ocupantes de referência de salário de mensalistas, sem dotação orçamentária, com a despêsa de Cr$ 1.591.200,00 (um milhão quinhentos e noventa e um mil e duzentos cruzeiros), cujo pagamento não está legalmente autorizado.

Um dos aspectos mais importantes do problema do pessoal é, sem dúvida, o seu controle fi-

nanceiro. Daí a relevância do assunto que, com a presente, tenho a honra de submeter à superior apreciação de Vossa Excelência, para as providências que julgar oportunas.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de elevada estima e respeitosa consideração.

as) José Medeiros Vieira".

Ocorria, a par disso, a hipertrofia burocrática verdadeiramente tulmutuária e improdutiva.

Aumento do funcionalismo e cursos de aperfeiçoamento — O Departamento do Serviço Público destina-se a disciplinar a estrutura administrativa do Estado, cuja eficiência depende de um funcionalismo capaz, diligente e compensadoramente remunerado. Duas medidas do Govêrno visaram particularmente êste objetivo:

a) foi designada uma Comissão para estudar a reestruturação e o reajustamento dos vencimentos do funcionalismo;

b) foi determinado ao DSP que promovesse a imediata organização de cursos de aperfeiçoamento de funcionários, devendo êsse título ser reconhecido para a promoção.

A estruturação definitiva ficará a cargo dos técnicos que o Govêrno esta convidando para elaborarem a planificação geral.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ÁGRO-PECUÁRIOS

O Govêrno empenha-se em imprimir a êsse Departamento que, além de desorganizado, se tornára relapso na sua missão fiscalizadora, uma orientação técnica e de estrita moralidade.

Para regularizar os trabalhos de seleção, enfardamento, coleta de amostras e classificação dos produtos padronisados, tornam-se necessárias urgentes medidas de controle e fiscalização itinerante.

Com a reforma em vista terá a produção agrícola, particularmente o algodão e a agave, assegurada sua classificação mais rigorosa e o comércio exterior da Paraíba a garantia da aquisição de produtos de idoneidade indiscutível.

Comparativamente com a do exercício anterior, a receita efetuada nos primeiros três mêses da atual administração apresenta os seguintes resultados:

Mêsese	1950	1951	Diferença
Fevereiro	274.259,60	291.612,06	+ 17.352,46
Março	206.872,50	522.619,13	+ 315.746,63
Abril	202.218,10	323.948,95	+ 121.730,85
	683.350,20	1.138.180.14	+ 454.829,94

SECRETARIAS DE ESTADO

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar — Achava-se a Polícia Militar desprovida de tudo, como fardamento, viaturas, armamentos e munições e materiais para acampamento. Muitas praças havia dois anos não recebiam fardamento e os quarteis desta capital e de Campina Grande estavam carecendo de urgentes reparos, principalmente o último, reduzido a um verdadeiro pardieiro, sem nenhuma higiêne.

No período de 31 de janeiro a 30 de abril a atual administração realizou os seguintes melhoramentos:

a) pintura externa e interna do quartel da capital;

b) pintura externa e interna do quartel de Campina Grande e reparos na rêde de canalisação de águas do mesmo edifício;

c) criação e inauguração do Ambulatório da Polícia Militar;

d) início das instalações do quartel da Companhia de Bombeiros;

e) criação de um armazem reembolsável (Cantina do 2º Batalhão);

f) construção do pavilhão da invernada na Fazenda Simões Lopes;

g) distribuição às praças do fardamento correspondente ao primeiro "quaterno" do corrente ano.

E' pensamento do atual Govêrno prover, ainda, a Polícia Militar de novo quartel, devendo o atual ser

aproveitado para séde do Departamento da Polícia Civil.

Companhia de Bombeiros — Também a Companhia de Bombeiros terá o seu quartel próprio. Todo o material dêsse serviço está imprestável, havendo dois únicos carros antiquados e gastos — um auto-material e um auto-bomba. Ainda que disponha de pessoal suficiente e apto ao desempenho de sua tarefa, possúi apenas duzentos metros de mangueiras estragadas. Do Orçamento vigente consta a verba de Cr$ 300.000,00 para aquisição de veículos. No entanto, o custo mínimo de um só carro moderno tipo padrão é de Cr$ .... 800.000.00. E' propósito do Govêrno aparelhar êsse serviço e criar uma secção do mesmo em Campina Grande, atendendo ao desenvolvimento comercial e industrial daquela cidade.

Polícia Civil — A Chefatura de Polícia, conquanto não tenha sido, ainda, dotada do necessário aparelhamento técnico, desenvolveu enérgica repressão contra a delinquência e os máus costumes.

Durante a última campanha eleitoral todo o aparelho policial do Estado fôra pôsto a serviço da política partidária do Govêrno, o que levou a maioria dos Delegados e Sub-Delegados da capital e do interior a desviar-se de sua espinhosa missão de manter a órdem pública e assegurar, indistintamente, as garantias individuais. Dêsse erro tornou-se exemplo doloroso a chacina da praça da Bandeira, em Campina Grande, na qual tomaram parte, além de cabos e sargentos da própria guarda do Palácio do Govêrno, o Delegado de trânsito da Capital e o Delegado de Polícia daquela cidade.

O primeiro trabalho da Chefia de Polícia teve de ser, assim, prover as cidades e vilas de autoridades in-

suspeitas. Assinala-se, agora, a Polícia Civil na repressão ao jôgo, na campanha de desarmamento e no combate á gatunagem e aos criminosos que tinham fugido, em grande número, por negligência ou conivência, das Penitenciárias, e aos homisiados em coitos que gosavam de imunidades.

Como resultado dessa nova orientação, basta considerar que as queixas sôbre roubos e furtos registradas, nêste trimestre, são muito inferiores ás registradas num só mês, o de dezembro do ano passado.

O Govêrno solicitou do Chefe de Polícia do Distrito Federal a vinda de um técnico, esperado em breves dias, para a reforma de tôda a organização do Departamento da Polícia Civil, principalmente da parte técnico-especializada e do serviço de trânsito ainda irregular.

Sargentos e cabos da Polícia Militar, selecionados pela sua conduta já conhecida e pelas suas condições físicas e mentais, estão sendo aproveitados nessa reestruturação.

Colônia Penal de Mangabeira — A Colônia Penal de Mangabeira, que integra o sistema judicial penitenciário do Estado, foi encontrada no mais grave estado de afrouxamento da disciplina. Sua direção foi ao ponto de acumpliciar-se com a evasão noturna de sentenciados para assaltos na capital e noutras cidades circum-vizinhas. As matas da propriedade estavam em grande parte devastadas, e os vales úmidos, que constituem a maioria de suas terras, sem aproveitamento agrícola.

Ao iniciar-se o atual Govêrno, sevéras instruções foram expedidas para a implantação de um regimen de órdem e trabalho. Foi proibido o uso de bebidas alcoólicas. E, conquanto tenha aumentado o número de re-

clusos, o estabelecimento já se encontra normalisado e começa a funcionar dentro de suas finalidades.

Eis o movimento durante o trimestre:

Encontrados em janeiro último	61
Entrados de fevereiro a abril	48
Postos em liberdade	8

Verificaram-se fugas em número de nove, o que está exigindo maiores cautelas quanto à transferência de presos para êsse regimen especial.

Em cooperação com a Secretaria da Agricultura, está sendo aproveitado o paul do rio Mangabeira para o plantío de tubérculos e cereais. Foi estabelecido rigoroso controle da reserva florestal, evitando-se a retirada de madeira, como dantes, sem nenhuma nota de saída, o que dava lugar a desvios criminosos, conforme está sendo apurado em inquérito policial.

Foi melhorado um dos prédios residenciais da Colônia, acrescido de alpendre e dependência separada, com instalação sanitária, e reparadas várias casas destinadas aos presidiários.

Casa de Detenção — A Casa de Detenção é um dos estabelecimentos em que a negligência administrativa se tornou mais criminosa. Achava-se o prédio num estado de imundíce indescritivel devido em grande parte a um defeito da tubulação sanitária que chegava a derramar fézes pelo assoalho. Além disso, faltava assistência médica e a enfermaria, se assim se pode chamar o que havia de mais rudimentar e anti-higiênico, estava desprovida de medicamentos. Os detentos dormiam, em promiscuidade, adultos e menores, no chão úmido, enquanto doze camas de ferro exibiam os lastros nús. O gabinete dentário sofria a mesma indigência e na cosi-

nha restava um material quase imprestável. Não havia cadeados na maioria das prisões. Dos nove guardas do serviço diário, sómente dois dispunham de armas. Gastos imoderados eram feitos com a alimentação, da pior qualidade, servida não só aos detentos, como a pessôas estranhas.

Já foram adquiridos cobertores e 215 rêdes para os detentos. Reorganizou-se o Serviço médico-dentário. Procedeu-se à limpesa geral do prédio, bem como ao reparo das instalações sanitárias. Mesmo assim, a Cadeia Publica continúa a oferecer um regimen carcerário deshumano, num edifício inapropriado e que aberra de tôda a evolução da ciência penal-penitenciária. As despesas com alimentação, apesar de sua melhor qualidade, estão decrescendo na seguinte escala:

Janeiro (Administração passada)	137.222,00
Fevereiro	106.405,80
Março	85.428,00
Abril	53.369,50

O pão consumido na Casa de Detenção era adquirido, havia mais de quatro anos, ao preço de oito cruzeiros o quilo e recebido sem pesagem. custando hoie Cr$ 6,40.

Impõe-se, para que sejam definitivamente sanadas tôdas essas anomalias, a construção de uma Penitenciária moderna.

Departamento de Publicidade — O Departamento de Publicidade e a Divisão de Imprensa Oficial também foram condenados a uma deploravel desorganização. Achava-se empastelada a maioria das fontes de tipos. o edifício da "A União", construido pelo Presidente João Pessôa, tinha a quase totalidade de suas vidraças quebradas, três das oito linotipos estavam inutilisadas e os

aparelhos sanitários, obstruidos. Era lamentável êsse abandono dum setôr da administração responsável pela bôa imprensa e a mais ampla divulgação da cultura intelectual.

A redação da "A União" achava-se com suas maquinas de datilografia tôdas imprestáveis, datando a mais nova de 1936. Na Secção de Gravura, a máquina de reprodução estava estragada pela polílha; o bicelesador, defeituoso; e os arcos voltáicos, danificados, oferecendo perigo à segurança do edifício. O gasto de material e os serviços extraordinários não tinham limites. As lampadas para fotografia, vendidas no comércio desta praça por Cr$ 7,20 e em Recife por Cr$ 7.00, eram adquiridas ao preço de Cr$ 19,50. O seguinte quadro comparativo da compra de material fotográfico exprime êsse desperdício:

	1950	1951
Lâmpadas, tipo 22, ...	19,50	7,20
Papel rápido, 18x24, a caixa ..	320,00	175,00
Hidroquinone, o quilo	750,00	250,00
Filme "Anesco", 6x9, a caixa ..	120,00	56,00
Filme "Anesco", 4x5, rápido a caixa	350,00	130,00

Além de tudo isso, o Almoxarifado não dispunha de papel para a própria impressão da "A União" e "Diario Oficial", e o Departamento apresentava um "deficit" de Cr$ 60.000,00 mensais.

Teve, assim, o Govêrno de providenciar para o concerto do mobiliário e do telhado do edifício, bem como das instalações de água e esgôto, cujas deficiências vinham prejudicando as linotipos. Ad-

quiriu seis máquinas de datilografia e partidas sucessivas de papel para impressão, sem o que "A União e o "Diario Oficial" teriam deixados de circular. Foram dispensados 35 extranumerários excedentes, para cujo pagamento não havia dotação orçamentária.

O resultado dessa nova administração demonstra-se sobretudo no aumento das rendas dos dois últimos mêses, comparadas com igual período do exercicio anterior:

	1950	1951
	Cr$	
Março	44.894,90	55.460,00
Abril	31.814,20	40.856,10

Outras providências estão sendo consideradas pelo Govêrno, afim de que a Paraíba possa manter o patrimônio de cultura que sempre foi "A União", notadamente a aquisição de novas matrizes, a serem recebidas ainda êste ano.

Rádio Tabajara da Paraíba — As atuais instalações da Rádio Tabajara custaram ao Estado a importância de Cr$ 1.833.573, da qual, até 31 de janeiro último, tinha sido paga a quantia de Cr$ 716.786,60. Não obstanseu vultoso custo, a estação apresenta graves defeitos. A torre está condenada, tendo de ser substituida com urgência. Foi encontrada com um pessoal onerosíssimo e não dispunha práticamente de rendas para sua manutenção. Graças à compressão de despesas, reduziu-se de Cr$ 11.264,90 a sua fôlha mensal. E sua renda industrial deu saldos nesta proporção: de fevereiro para março, Cr$ 10.182,16; de março para abril, Cr$ ..... 20.652,00.

O Poder Executivo está autorisado a arrendar me-

diante concorrência pública a Rádio Tabajara, o que fará, reservando os horários estritamente necessários para os programas educativos e de propaganda dos interesses gerais.

Serviço de Assistência Social — Foi dado ao Serviço propriamente dito de Assistência Social caráter mais amplo, dentro de um sistema que, em logar da simples esmola, promova a solução das crises nascidas de um meio em que cresce o número de desajustados, devido a causas de órdem econômica, social e moral. Há um esfôrço de readaptação que já logrou recuperar atividades que pareciam perdidas e serão criadas outras condições de vida com o encaminhamento dos problemas da casa própria e do abastecimento; a concessão de pequenas bolsas de estudo; plantio de árvores frutíferas nos quintais; e o encaminhamento dos desocupados aos setôres de trabalho para emprêgo.

Era pensamento do Govêrno tornar, desde logo, os serviços de assistência extensivos a todo o interior do Estado, mas essa organização exige um refôrço de verbas que será solicitado para que seja criado um departamento cujo ante-projeto já está esboçado. Enquanto se processa a nova estruturação, o Serviço atual não se tornou inativo. Quinhentas famílias são assistidas pelo Estado, através do S. A. S.. Já foram recobertas 219 casas de palha, atendendo a pedidos feitos desde que começaram as chuvas, forma de auxílio que está sendo substituida provisóriamente por um programa de construção menos primitivo, até que se inicie o plano de edificação da casa popular, já em estudos mediante cooperação com a Caixa Econômica. Para se atinar com a extensão e gravidade dessa situação, basta saber que existem em João Pessoa mais de doze mil palhoças. Tenciona o Govêrno preparar grupos residenciais para

onde possa ir retirando os moradores dêsses mocambos, afim de que as áreas assim desocupadas sejam construídas, volvendo os mesmos moradores aos seus antigos locais, já edificados com habitações novas e higiênicas. E, assim, se revesando em outros pontos até a solução final.

Depois de reorganizado o S.A.S. e nomeado o seu Diretor, verificou-se o seguinte movimento correspondente aos mêses de março e abril:

Passagens fornecidas: 410.

Plantio de árvores frutíferas: 1.800.

Pessoas colocadas: 486, nas obras fúblicas e 17 no comércio e na indústria.

Custeio para medicamentos: 304 casos urgentes.

Refeições fornecidas a indigentes: 11.00, no Instituto São José e 10.900, na Secção de Educação e Readaptação.

Consultas: 591.

Injeções intra-musculares aplicadas: 8.050.

Injeções endovenosas aplicadas: 863.

Curativos: 134.

Aquisição de instrumentos para trabalho: 26 caixas de engraxates e ferros de engomar.

Os dados enunciados indicam como urge uma orientação que encare os problemas de assistência como êles realmente se apresentam na situação de decadência a que chegaram certas camadas do povo paraibano.

A missão de assistência do Govêrno é indeclinável num meio assim tão m i n a d o pelo pauperismo e falho de uma estrutura industrial capaz de absorver e valorizar suas disponibilidades de mão de obra, sobretudo nos bairros pobres das cidades.

Instituições de caridade — As próprias instituições

criadas para um fim humanitário foram encontradas padecendo dos mesmos males agravados pelo recrescente custo de vida que desequilibrava seus orçamentos. Urgiam medidas de proteção. Além de outros auxilios, teve o Estado de cooperar com material e mão de obra na construção e reparos de muitos dêsses estabelecimentos. Teve também presente a preocupação de que não faltassem ás instituições oficiais dessa natureza as verbas necessárias, sempre em dia, principalmente as de alimentação, afim de que não se reproduzissem as tristes cenas tetemunhadas em anos anteriores.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Os serviços de saúde, subordinados a esta Secretaría, já foram objeto de referência no desenvolvimento desta Mensagem. Vai o Govêrno regularisar, nêste exercício, seu convênio com o S. E. S. P., que deixou de receber, o ano passado, a quota de dois milhões devida pelo Tesouro do Estado. Serão agora referidos os serviços de educação, estatistica, ensino supletivo e ensino profissional.

Departamento de Educação — Pouco há a expôr quanto a êsse Departamento, que foi encontrado em situação de carência quasi geral, demandando providências reparadoras. Além dos atos de rotina, no início de cada ano escolar, o que se impunha, num momento em que nada se podia construir, era o estudo dos problemas pedagógicos para futuras soluções. Não poderia o Govêrno tomar pé, nêsse cáos, para a adoção de novas diretrizes, sem a colheita dos elementos concretos que apontassem as maiores necessidades e sugerissem as fórmulas adequadas.

Tiveram, assim, de ser nomeadas comissões para o

exame dessa situação. A incumbida de verificar o estado dos prédios escolares e do material pedagógico, composta do Diretor das Obras Públicas, do Inspetor Geral do Ensino e do Inspetor Técnico da 1ª Zona, já apresentou relatório ainda parcial, por não terem sido percorridas tôdas as zonas, do qual extraímos os seguintes dados:

ESCOLAS RURAIS

"Com o INEP foram assinados vários convênios para a construção de escolas rurais, sendo 28 em 1946; 100 em 1947; 90 em 1948; destas, 82 fôram concluidas e 8 necessitam reparos; no ano de 1949, o acôrdo previu 100 escolas rurais para a Paraíba. Das três quotas em que estavam divididas as contribuições federais, apenas a 1ª foi recebida, o que concorreu para a conclusão de somente 8 unidades. As demais estão algumas com paredes em altura de madeiramento para o telhado, e a maior parte em início de construção. Os prédios construídos em 1946—1949, estão carecendo de reparos no telhado e limpêsa geral. Observa-se que no tipo de escola adotado não existe abastedimento dágua, o que concorre para o não funcionamento normal dos aparelhos sanitários, e bem assim o fornecimento de água potável para uso dos alunos".

GRUPOS ESCOLARES RURAIS FEDERAIS

"O Govêrno Federal, através do INEP, assinou com o Estado três convênios, comprometendo-se a

colaborar na construção de vários grupos —em 1948: os de Catolé do Rocha, Jatobá, Bonito de Santa Fé, Serra Branca e Patos; em 1949: os grupos de Uiraúna, Cuité, Araçagí, Tavares, Arara, Marí e Baía da Traição. Dêstes, estão concluídos os de Bonito de Santa Fé, Serra Branca e Marí. O último foi ultimado com a quota destinada ao de Araçagí."

ESCOLAS NORMAIS RURAIS

"*Escola Normal Rural de Sousa* — Dois dos pavilhões estão em radier, um com paredes na altura de 1m,00 e os demais na de madeiramento. O Ministério da Educação e Saúde destinou para a escola marginada, Cr$ 500.000,00, que já foram gastos. Caso o Govêrno Federal não concorra com outros auxílios, a conclusão só poderá ser conseguida com a contribuição de Cr$ .... 1.500.000,00 pelo Estado.

Escola Rural de Alagoa Grande — Alguns dos pavilhões estão em radier, outros em fundação, outros ainda em altura de receber vergas. A construção prossegue com o restante do auxílio federal. Se êsse auxílio faltar, serão precisos Cr$ 1.500.000,00 para o término das obras."

GRUPOS ESCOLARES QUE ESTÃO SENDO CONSTRUIDOS COM VERBAS NORMAIS DO ESTADO

Grupo Escolar "D. Moisés" em Cajazeiras; Grupo Escolar de Marisópolis em Souza; Grupo

Escolar de Aparecida em Souza; Grupo Escolar de Remígio em Areia; Grupo Escolar de Tacima em Araruna; Grupo Escolar de Ibiara em Conceição; e Grupo Escolar de Serra da Raiz em Caiçara.

Em construção foi encontrado também o Colégio Estadual de Campina Grande.

CONSERVAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

"O estado de conservação dos grupos escolares do Estado é bastante precário, sendo que na quase totalidade estão a precisar de reparos nas esquadrias, fôrro, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, necessitando ainda limpêsa, caiação e pintura, chegando a existir grupos com 19 anos que não são pintados, como acontece como o de Antenor Navarro e outros que fôram pintados na época da construção.

Para reparos nêsses estabelecimentos escolares, o Estado necessita gastar importância nunca imferior a Cr$ 1.200.000,00.

Material Didático — E' uma verdadeira lástima a pobreza de material pedagógico existente nos grupos escolares, onde encontram-se unicamente restos de cartas geográficas e mulambos de mapas murais. Muitas unidades educacionais não dispõem de uma Bandeira Nacional siquer. Sómente com uma verba de Cr$ 2.000.000,00 o Estado aparelhará os grupos escolares, e isso de maneira modesta, dotando-os apenas daquilo considerado inadiável à bôa marcha do ensino.

Móveis Escolares — As escolas estaduais estão completamente desaparelhadas de mobiliário

(carteiras, bureaux, estantes, cadeiras, etc..) A criança na maior parte dos estabelecimentos oficiais vive mal agasalhada, usando muitas vezes tamboretes que levam de suas casas. Tendo-se em médio Cr$ 8.000,00 (cálculo do INEP) para cada unidade, seriam precisos nunca menos de Cr$ ... 2.500.000,00 para o serviço marginado.

RESUMO

A Comissão sumariou suas observações, apresentando o seguinte quadro de despêsas a serem realizadas:

Reparos de 150 escolas primárias rurais a Cr$ 3.500,00, para limpêsa	525.000,00
Conclusão de 9 grupos escolares federais	590.000,00
Idem, de 2 Escolas Normais Rurais	3.000.000,00
Idem, de Grupos Escolares concluidos com verbas do D. O. P. ..	405.000,00
Idem, Colégio Estadual de Campina Grande ..	2.500.000,00
Conservação de grupos escolares	1.200.000,00
Aquisição de material didático	2.000.000,00
Móveis escolares	2.500.000,00
TOTAL	12.720.000,00

A Diretoria de Obras Públicas e a própria Secretaria de Educação e Saúde já tinham tomado providências para o término da construção, a reconstrução e os reparos de muitos prédios, como condição de seu funcionamento ou para evitar a ruina completa. Aguarda o Govêrno os outros relatórios para, conjuntamente, solicitar os créditos necessários destinados às obras indicadas e provimento das escolas vagas que são em grande número, por deficiência do quadro geral e falta de dotação.

Para todo o Estado existem apenas nove Inspetores Técnicos do Ensino, aos quais estão afetos a orientação, assistência e fiscalização do professorado primário. O Departamento dispõe de um único meio de transporte — uma caminhonete em estado imprestável para as viagens de fiscalização. E funciona numa dependência do prédio da Rádio Tabajara, inapropriada para êsse fim.

Instituto de Educação — Era lastimável a situação geral dêsse estabelecimento de ensino, no início do atual Govêrno. Não se encontrou tinta, nem papel, nem outro qualquer material de expediente, estando a funcionar com materiais conseguidos por empréstimo do Colégio Estadual e de outros estabelecimentos. Não havia siquer um *bureau* para os trabalhos da Diretoria. Na Escola de Aplicação, cujo prédio estava ameaçando ruina, a distribuição de água aos alunos era feita em moringas. Já foram tomadas as primeiras providências para por têrmo a êsse estado de coisas.

O Decreto-Lei n. 921, de 30 de dezembro de 1946, que organiza o Ensino Normal do Estado nos moldes da lei federal, não vinha sendo observado. E a remuneração *pro-labore* dos professores estava em atrazo desde novembro de 1950, o que déra lugar, como protesto, a greve dos próprios estudantes.

Serviço de Educação de Adultos — Funcionam 780 cursos de Ensino Supletivo na Paraíba. Foi encontrado em atrazo o pagamento de vencimentos dos professores referentes aos mêses de setembro, outubro e novembro do exercicio passado. Por solicitação do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educaçao foi enviado ao Rio de Janeiro o Chefe do Ensino Supletivo dêste Estado. E, graças à interferência do Govêrno junto ao Ministério da Educação, já foi efetuado o pagamento em atrazo, no total de .. Cr$ 770.414,00. O Govêrno prestigiará, por todos os meios a seu alcance, essa modalidade de ensino para que possa beneficiar uma população de adultos ainda em condição de ser recuperada, podendo, asim, ter direito a tôdas as oportunidades e participar de tôdas as conquistas do nosso nivel de civilização.

Colégio Estadual da Paraíba — O Colégio Estadual também estava nas piores condições. O prédio reclamava urgentes reparos, que já foram feitos, compreendendo rebouco, pintura a óleo, etc.. A cantina, desprovida de condições de higiéne, já foi melhorada com a construção de dois balcões a marmorite e azulêjo, bem como de prateleiras também em marmorite. Está se fazendo nova ligação dagua. Foram reparadas as instalações sanitárias, bebedouros, etc., com a substituição das torneiras imprestáveis.

O edificio do Colégio Estadual está precisando de cobertura impermeável afim de que se evitem danos em sua estrutura, com a infiltração das águas. A limpêsa de tôdas as suas dependências é igualmente inadiável. Os gabinêtes de História Natural, Fisica e Química dispõem de um material, além de ineficiente, obsoleto.

Escola Profissional "Presidente João Pessoa" —

Essa escola foi encontrada no mais deplorável estado, invadida pelo mato, que cobria o campo de desportos e ia se propagando pelo interior, como enfermaria, oficinas, padaria, salões de aula e a própria residência do Diretor. Faltava asseio interno, permanecendo todo o edifício, durante mêses, sem qualquer operação de limpêsa até a mais comesinha, como a dos aparelhos sanitários. Ás roupas de cama eram mudadas de seis em seis mêses.

Desde sua fundação, possuia o estabelecimento oficinas de sapataria e carpintaria, com boa montagem e eficiente maquinária, encontradas também paralizadas por falta de um locomóvel, cuja tubulação tinha se inutilisado. Feitos os necessários reparos, estão essas oficinas funcionando. Do mesmo modo, a padaria da escola estava fechada, havia um ano, tendo sido recentemente posta a funcionar. Apiario, aviário, pocilga e estábulo, encontrados em completo abandono, estão agora dando rendimento. A pastagem destinada ao gado vacum e cavalar já se acha defendida da destruição causada por animais pertencentes a particulares, que a devastavam desde longa data. A enfermaria, que também não funcionava por falta de médico, conta hoje com a assistência de um profissional competente. Cessára a produção de gêneros alimentícios; presentemente, porém, estão sendo aproveitadas vastas áreas para o plantio.

Abrigo de Menores "Jesus de Nazaré" — Destinando-se a amparar crianças abandonadas, de 0 a 5 anos de idade, o Abrigo de Menores presta relevantes serviços. Sua matrícula atual é de 150 crianças, capacidade máxima do internato. Apresenta-se como necessidade imediata dêsse serviço a construção de uma enfermaria, que será iniciada sem maior demora com o

aproveitamento do auxílio recebido do Govêrno Federal, na importancia de cem mil cruzeiros. Fôram feitas pelas Obras Públicas as reformas necessárias do berçário, abrigando-o dos raios diretos do sol que concorriam para uma alta temperatura prejudicial à saúde das crianças. Nêsse estabelecimento, como nos demais de assistência, cooperou o Govêrno, atenuando os efeitos do alto custo da vida.

Departamento de Estatística — Este Departamento está precisando de reforma para aperfeiçoamento de seus serviços. Impunha se, porém, antes de tudo, a utilização de outro material humano para êsse resultado. E' do que trata o Govêrno.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Dos diferentes serviços subordinados a essa Secretaria já foram referidas as atividades relativas à Produção. Passarei a relatar, agora, o que foi realizado nos serviços de Saneamento, Energia Elétrica, Transportes urbanos, Obras Públicas, Estradas de Rodagem, Pôrto de Cabedêlo e Ensino Agrícola Superior.

Departamento de Saneamento do Estado — Esse Departamento dirige, técnica e administrativamente, os serviços de abastecimento dágua e esgôtos sanitários e pluviais da capital, Campina Grande e Alagôa Grande. Controla, ainda, os trabalhos de saneamento que estão sendo executadas em Catolé do Rocha. Embora funcionando regularmente, o Departamento não dispunha do aparelhamento necessário à consecução dos seus fins. Basta citar que o prédio da Secretaria da Agricultura, onde funcionam seis importantes repartições públicas, permanecia por quase quatro anos sem água, situação corrigida pela atual Administração, em vinte e quatro horas, com o simples consêrto do motor elétrico para o necessário recalque. As bombas acessoras dos poços de Buraquinho, não obstante seu satisfatório estado de conservação, funcionavam com "deficit" de rendimento, por insuficiência de fôrça elétrica. Havia contribuintes com 11 méses de atrazo. Postos de lava-

gem, construções, padarias e outras indústrias consumiam água sem medidores. E as turmas de serviço não dispunham de utensílios e de material para o atendimento de seus encargos.

Durante o último trimestre, foram tomadas várias medidas afim de minorar a situação encontrada. Um transformador de 200 KVA foi colocado em Buraquinho, o que determinou o aumento do rendimento das bombas de recalques para os reservatórios R—2 e R—3. No período de fevereiro a abril, foram instaladas 104 penas dágua em prédios particulares e 68 saneamentos domiciliares, o que, além de outras medidas, contribuiu para o aumento da renda, nêsse período, sôbre igual período do ano passado, conforme se demonstra no seguinte quadro:

Mêses	1950	1951
Fevereiro	151.790,10	179.758,80
Março	154.213,60	188.288,00
Abril	155.295,60	168.384,90

Repartição de Saneamento de Campina Grande — Como o da Capital, o Serviço de Abastecimento dágua de Campina Grande apresenta grandes deficiências ocasionadas pela imprevidência administrativa que não levou em conta o natural crescimento da população urbana. O racionamento tornou-se prática de rotina, adiando-se as soluções definitivas sempre para o dia de amanhã. Assim é que, enquanto a população necessita de mais de oito mil metros cúbicos de água, o serviço de abastecimento não é capaz de fornecer-lhe siquer três mil metros. E isso porque a atual administração já fez instalar um grupo motor-bomba, para o refôrço de recalcamento dágua, obtendo-se um aumento de oitocen-

tos e oitenta metros em 24 horas. Para abrigar o conjunto, está sendo ultimada a construção, em alvenaríia, de uma área com 60 metros quadrados.

Foi feita a pintura a óleo de tôda a ferragem que constitui o conjunto da Estação Depuradora, cujo material acusava grande desgaste. Fôram substituidos quase todos os dormentes da linha Decauville que serve aos secadores. Fôram ainda construidos um trêcho de 60 metros em cano de ferro fundido de 8 m|m, prolongamento da rua Venancio Neiva e outro de 87 metros, do coletor de esgotos, em manilhas de 6. Construiram-se 10 chafarizes de emcrgência afim de atender as necessidades da população pobre.

Finalmente na Adutora substituiram-se 26 postes telefônicos, melhorando-se as condições de 18 quilômetros de rodagem ao longo da mesma. A providência, entretanto, que se tem em vista para grande melhoria do abastecimento é o processo da passagem do torpêdo pela Adutora que já foi iniciado. Esse aumento poderá elevar-se até 50%

Saneamento de Alagôa Grande — Esse serviço vem sendo conduzido regularmente e, por constituir trabalho novo, não tem exigido maiores providências.

Saneamento de Catolé do Rocha — Após ligeira suspensão das obras foi admitido um engenheiro para a sua direção. O trabalho a vencer, para depositar água no reservatório distribuidor, é relativamente pequeno, faltando, porém, todo o serviço de redistribuição na cidade.

Comissão de Sancamento de João Pessoa — Encontrou o Govêrno os serviços afetos a essa Comissão práticamente paralisados por falta de recursos financeiros. A encomenda de canos para a nova Adutôra tinha sido

suspensa pela fábrica contratante, em face da situação de descrédito a que chegara o Estado. O empréstimo de Cr$ 15.000.000,00 obtido pelo Govêrno anterior para financiamento da obra de Marés estava esgotado. E, apesar de já ter sido dado como pronta e inaugurada, verificou-se serem ainda necessários cêrca de dezoito meses para sua conclusão, com um dispêndio aproximadamente Cr$ 3.534.784,00.

Afim de abreviar os trabalhos, poupando á população as dificuldades do racionamento por mais outro longo período, o Govêrno resolveu aumentar para Cr$ 250.000,00 a quota quinzenal da folha de pessoal, que vinha sendo paga à Comissão à razão de Cr$ ..... 150.000,00. Pleiteou e obteve do D. N. O. C. S. a cooperação de máquinas para os serviços de atêrro de Marés, tendo sido cedidas outras, recentemente, como uma escavadora de uma jarda cúbica e dois transportadores Track-truck, para remate ainda mais rápido da obra. Apelou para a Cia. Siderúrgica Nacional, no que foi prontamente atendido, afim de que fôsse dada prioridade ao Escritorio Saturnino de Brito para a aquisição de aço destinado á tubulação da Adutora desta Capital. E, finalmente, foi encontrada uma solução de emergência que consiste no lançamento, por meio de bombas, das águas do rio Marés, diretamente nos canos da Adutora, enquanto prosseguem os trabalhos de fechamento do reservatório. Com a continuação das obras do saneamento de João Pessoa, o atual Govêrno já dispendeu a importancia de Cr$ 1.699.625,60. E a solução do problema dágua e esgôto não se limita ao Orçamento previsto pelo Govêrno anterior. A própria obra de Marés depende da construção imediata de um reservatório elevado, do custo de Cr$ 2.000.000,00. E

há outras muitas despêsas a realizar, como o isolamento da bacia e desapropriações que ainda não foram feitas. Finalmente, além do Programa Reduzido, que está sendo executado, exigem as obras para sua ultimação mais vinte milhões de cruzeiros.

Serviços Elétricos — O Govêrno encontrou o abastecimento de energia elétrica da capital, pelo qual é responsável, acusando as mais graves falhas. João Pessoa, por assim dizer, não possui serviços dágua, nem de luz, nem de fôrça, nem de transportes urbanos. Embora tenha sido aberto o crédito especial de Cr$ ..... 15.000.000,00 para ocorrer, também, ás despesas com a restauração dêsses serviços, pouco ou nada foi feito ainda. A energia consumida pela capital provém de duas unidades de 950 KVA existentes na Usina Central, e de três grupos somando a potência de 1.160 KVA, existentes na Usina Auxiliar de Cruz do Peixe. Tem contado, às vezes, João Pessoa com a contribuição de ... 1.000 KVA da Usina Tibirí. O Govêrno anterior encomendára uma unidade de 2.500 KVA, à Fábrica Stal, mas seu recebimento sómente se dará em meados de 1952. Acresce ainda, que as caldeiras que alimentam as turbinas da Usina Central, devido a defeitos de conservação acumulados há anos, revelam um consumo de lenha exagerado e anti-econômico. Aconteceu, também, que, para efeito de aparentes inaugurações, o Govêrno anterior levou os Serviços Elétricos a consumir, no mês de janeiro, quatro duodécimos, sacrificando, assim, desde logo a previsão da despêsa. E a rêde de iluminação apresenta numerosos defeitos de condutores e isolantes que agravam a situação com preciosa pêrda de energia produzida.

Afim de dar orientação a êsses serviços lançados,

além da precaridade de material, na anarquia administrativa, convidou o Govêrno o engenheiro Luiz Vieira, talvez o maior técnico brasileiro, para vir à Paraíba, tendo êle confirmado a impressão dominante. Deixou um valioso relatório sugerindo as providências mais urgentes, em caráter de emergência, para essa situação. Assim se expressa:

> "Providenciados os reparos dos grupos da usina auxiliar — o que poderá ser feito em 3 mêses, e corrigidos os principais defeitos da rêde — condutores, isoladores e tensão, o que poderá ser feito em 5 ou 6 mêses, as deficiências atuais de energia, penso eu, serão atenuadas de maneira a se poder aguardar a unidade encomendada à fabrica Stal, desde que o Estado impeça a expansão do consumo, mantendo a demanda da energia dentro das possibilidades dos geradores".

Esse trabalho foi encaminhado à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas para a execução das medidas propostas, tendo surgido, porém, em vista dos constantes colapsos do serviço, outras sugestões que estão sendo examinadas.

Tráfego de bondes — Apesar da tendência geral contrária a êsse tipo de transporte urbano, o Govêrno procurará desenvolvê-lo, por ser o mais accessível á bolsa do pobre. Dependendo, para funcionar, da regularidade do fornecimento de energia elétrica, a expansão do serviço de bondes, porém, fica à espera de outras reservas de energia. No entanto, já foi adquido o material necessário para completar a linha de Mandacarú. A renda do táfego, sem computar o consumo de energia, que, no estado atual, sacrifica, de certo modo, a iluminação, acusa o seguinte aumento:

Exercício de 1950	605.728,30
1º quadrimestre de 1951	538,285,00

Obras Públicas — O Departamento de Obras Públicas, ao lado do encargo de administração direta, de administração contratada, de fiscalização e serviços em cooperação, mantém uma oficina da carpintaria, serviço de ferraria, a extração de pedras, a fabricação de cál e extração de areia.

A presente administração encontrou em andamento e sob regimen de execução direta, os Grupos Escolares de Cajazeiras, Marisópolis, Aparecida, Serra da Raiz, Remígio, Tacima e Ibiára. Em administração contratada, o Colégio Estadual de Campina Grande, em condições de receber a placa de ferro; edifício da Secretaria de Educação e Saúde, com uma pequena parte em fundação e cinta e o Hospital Regional de Campina Grande, este com verbas Federais Em regimen de cooperação, existiam as obras do Grupo Escolar de Catolé do Rocha e do Hospital Regional de Patos. As verbas para construção do Colégio Estadual de Campina Grande e edifício da Secretaria de Educação e Saúde corriam por conta de recursos especiais. No Departamento foi encontrado um só caminhão para todos os seus transportes, o que tem obrigado a administração a contratar o serviço de caminhões particulares. No trimestre decorrido foram executadas as seguintes obras: Caixa distribuidora dágua em Cruz das Armas; reparos da Ponte de Tambaú; Limpesa geral e reparos na Escola Indio Piragibe; melhoramento na estrada de acesso à Fazenda Simões Lopes, com a construção de uma boeira em alvenaria; reparos e limpêsa no Posto Policial da Ponte Sanhauá; re-

paros e limpesa de uma dependência do antigo quartel do 8º R.A.M.; reparos gerais e adaptação de galpões no mesmo quartel, para depósito de víveres destinados às vítimas da sêca; caiação e pintura do prédio da Fôrça Policial do Estado; adaptação das dependência do D.O.P. para funcionamento do Grupo Escolar "Antonio Pessoa"; construção de um Ambulatório na Ilha do Bispo; reparos gerais da Secretaria do Interior; reforma da casa do Agronomo, da Colônia Penal de Mangabeira; aumento do número de guichês para arrecadação de taxas dágua, no prédio do Saneamento de João Pessoa; construção de um reservatório distribuidor dágua, banheiros públicos e lavanderias no bairro da Torre; reparos no prédio onde funciona o Pôsto Anti-Venéreo à rua Silva Jardim; e reparo no piso de Box do Abrigo de Menores "Jesus de Nazaré".

Está, ainda, em conclusão, pelo D.O.P., um galpão para máquinas na Fazenda Simões Lopes, e em andamento as construções dos Grupos Escolares de Remigio, Serra da Raiz, Aparecida e Marizópolis, bem como as Escolas Normais de Souza e Alagôa Grande. Além das obras relacionadas, encontrou ainda o Govêrno, em regimen de fiscalização, os Grupos Escolares de Jatobá, Cuité, Arara, e os Hospitais Regionais de Guarabira e Misericórdia, com as suas obras paralizadas. Alguns destes edificios ostentavam placas de inauguração, embora muitas, como o Grupo de Arara, não tivessem atingido a metade da construção.

Departamento de Estradas de Rodagem — O Departamento de Estradas de Rodagem apresentava uma Dívida Passiva de Cr$ 3.393.482,50, estando várias de suas obras paralizadas por escassês de recursos.

De acôrdo com a Lei nº 302, de 13 de julho de

1948, que instituiu o Fundo Rodoviário Nacional, a êsse Departamento cabe receber e entregar aos Municípios as quotas que lhes são distribuidas pelo D. N. E. R., juntamente com as que são distribuidas ao Estado.

Subiam a Cr$ 1.928.776,80 essas quotas indevidamente retidas e utilizadas em seus próprios serviços. Por sua vez, o Govêrno do Estado tinha deixado de recolher ao D.E.R. contribuições orçamentárias no total de Cr$ 2.000.900,50.

Afim de desafogar a situação de dificuldades por que passava êsse Departamento, o Govêrno solicitou ao D. N. E. R. um adiantamento de Cr$ 2.000.000,00 por conta das quotas a receber em 1951, no que foi atendido. Entrou ainda em entendimentos com o Engenheiro-Chefe do Quarto Distrito de Cooperação do D. N. E. R., sediado em Recife, para o estudo e coordenação das medidas necessárias à execução, no território paraibano, do Plano Rodoviário Nacional.

Pôrto de Cabedelo — O Pôrto de Cabedelo estava com suas instalações prejudicadas pela falta de conservação e de peças necessárias ao seu funcionamento. Providenciou a Administração a compra de cabos de alimentação de guindastes que já funcionavam em condições precaríssimas. Além disso, foram os Armazens reparados e pintados. Está ainda a Administração tratando de adquirir um grupo gerador de energia elétrica capaz de atender a tôdas as necessidades do Pôrto. A receita dêsse ancoradouro melhorou consideravelmente de fevereiro a abril, em consequência, grande parte, da fiscalização e regularização dos serviços, conforme se verifica do confronto dos mêses entre os exercícios de 1950 e 1951.

Mêses	1950	1951		Diferença
Fevereiro . . .	342.148,30	415.371,50	+	73.169,20
Março	413.550,90	530.424,90	+	116.874,50
Abril	322.233,50	594.908,50	+	272.674,50
Total	1.077.932,70	1.540.650,90		462.718,20

Também a comparação das arrecadações da Taxa de Emergência, cujo produto é recolhido ao Banco do Brasil, de acôrdo com a Lei n. 8 311, de 6 de dezembro de 1945, acusou sensível aumento no trimestre:

Mêses	1950	1951		Diferença
Fevereiro	79.165,40	93.948,20	+	14.782,80
Março	94.222,00	123.127,50	+	28.905,50
Abril	69.053,60	102.632,50	+	33.578,90
Total	242.441,00	319.708,20		77.267,20

O Govêrno projeta, no momento, o prolongamento do cáis e a construção de novos armazens, e foi aberta nova concorrência pública, por ter sido anulada a primeira, sendo aprovada uma proposta que representa a economia de dois milhões de cruzeiros. Serão, assim, adquiridos três guindastes de pórtico e um autoguindaste giratório, além de quatro pontes rolantes, um trator sôbre rodas e seis carrinhos mecânicos, com o que o Pôrto de Cabedelo terá sua capacidade consideravelmente ampliada e ao nível do desenvolvimento do Estado. Está a barra do ancoradouro precisando, acima de tudo, de dragagem, pois já se afugenta a navegação transatlantica por falta dêsse serviço que o Govêrno do

Estado vai pleitear, insistentemente, do Govêrno Federal.

Escola de Agronomia do Nordeste — Atravessou a Escola de Agronomia do Nordeste, o ano passado, uma de suas maiores crises, por não ter recebido a subvenção federal em consequência de ter o Govêrno do Estado retardado de tal forma a entrega da importância correspondente ao exercicio anterior, recolhida ao Tesouro, que impossibilitou a prestação de contas em tempo oportuno. Foi, porém, finalmente, federalisada graças, em grande parte, à bôa vontade do Ministro João Cleofas. Outorgou o presidente Getúlio Vargas mais este benefício à Paraíba.

SECRETARIA DAS FINANÇAS

Ao analisar a situação financeira encontrada em 31 de janeiro, aludi à política fiscal do Govêrno a ser executada através dessa Secretaria. Passo a abordar novos aspectos da mesma administração.

Estava o aparelho arrecadador de tal maneira infestado por influências facciosas que uma simples remoção de funcionário dependia da aquiescência de intransigentes chefes municipais. As exatorias eram ocupadas por servidores que obedeciam, com raras exceções, aos caprichos da política local, em detrimento da arrecadação. Daí ter se imposto a necessidade da substituição de algumas chefias. Foram, também, movimentados os quadros dos agentes fiscais, por imposição do mesmo interesse público. Os Postos de fronteira sofreram completa renovação, sendo substituidos os funcionários que ali se encontravam, havia mais de um ano, por outros de maior capacidade e eficiência.

Embora não se disponha, ainda, de um aparelho fiscal perfeito, já foi notável o acrescimo de rendas no trimestre da atual administração, como se evidencia do quadro seguinte:

Mêses	1950	1951
	Cr$	Cr$
Fevereiro	11.758.932,50	17.387.289,30
Março	10.318.903,00	18.769.647,20
Abril	10.065.082,30	17.038.824,50

Já em 31 de janeiro último, as dotações empenhadas extra-duodécimo atingiam a importância de Cr$ .. 1.949.560,80, assim descriminadas pelos respectivos órgãos da administração:

	Cr$
Poder Legislativo	111.323.20
Govêrno do Estado	39.981,90
Secretaria do Interior	606.503,50
Secretaria de Educação e Saúde	84.236,20
Secretaria da Agricultura	753.827,26
Secretaria das Finanças	354.588,80
TOTAL	1.949.560,80

As repartições da Fazenda estavam em verdadeira indigencia, algumas funcionando em próprios estaduais sem nenhuma conservação e outras, a grande maioria, em casas alugadas, impróprias e mal localizadas. O Estado, conta com 42 Coletorias e quase 200 Postos Fiscais, a maior parte com um mobiliário que se limita ás vezes a uma simples mêsa e um tamborête.

Acha-se o Orçamento vigente onerado por encargos de toda natureza. Para tanto concorreu a liberalidade com que foram concedidos auxílios e subvenções. Assim é que pesam na atual Lei de Meios e estão a ela incorporados auxílios no valor de Cr$ 2.677.560,00, acrescidos de mais a quantia de Cr$ 496.000,00 que, apesar de não estar consignada no Orçamento, consta de Leis votadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Govêrno. Fôram tambem desapropriados diversos terrenos, sem prévia indenização, o que está sendo exigido do atual Govêrno. Só a despesa com o funcionalismo público atingia no inicio da atual administração, a 65,18% da receita orça-

mentaria realizada, excluindo-se os inativos e o pessoal para obras, bem como os subsidios e ajudas de custa da Assembléia Legislativa. A Divida Passiva do Estado, de 1947 a janeiro de 1951, foi acrescida da importancia de Cr$ 71.407.839,60, o que a elevou para Cr$ 93.604.968,80.

Praticas anômalas eram adotadas pelas repartições, como a utilização de rendas para posterior prestação de contas e o sistema das chamadas "Despesas realizadas". Considerando-as contrárias às bôas normas financeiras, determinou o Govêrno a abolição de umas e a substituição de outras pelo regimen de adiantamentos.

Procuradoria do Dominio do Estado — Esse serviço encontra-se sem recursos para atingir os seus objetivos, apresentando penosa situação que é assim retratada pelo atual Diretor, em seu relatório:

"Dispõe o Estado, em todo o seu interior, de várias propriedades, algumas ocupadas por foreiros, outras, porém, quase abandonadas, sem zêlo, invadidas por pessoas que se dizem proprietários. Muitas delas, sem características, em hectares, metros quadrados e sem plantas. Quanto rendem as propriedades e o que produzem, não sabe esta Procuradoria, bem como se êsses rendimentos são recolhidos aos cofres do Estado, ou se são aplicados em benfeitorias nas próprias propriedades".

Montepio do Estado da Paraíba — Tem essa autarquia um plano de assistência médica aos contribuintes dependentes de maiores recursos. Encontrou o Govêrno passado o Montepio como devedor do Tesouro e deixou-o como credor da importancia de dois milhões de cruzeiros por falta de recolhimento das quotas descontadas dos vencimentos do funcionalismo. Hoje esse recolhimento é feito em dia

— Denuncio à Assembléia Legislativa esse estado geral de anarquia e deficiencia dos serviços do Estado, não em carater de critica, mas de oportuno reclamo para o atendimento das necessidades formuladas. E solicito o seu apoio imparcial, como do outro Poder do Estado, o Judiciário, de cujo prestigio depende todo o nosso equilibrio social, para tudo quanto fôr util à Paraíba.

III

PROGRAMA DE TRABALHO

SUBSÍDIOS PARA A PLANIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

I — Em seu art. 144, a Constituição do Estado estabelece a obrigatoriedade de um planejamento, visando, entre outros fins:

a) assegurar a continuidade do esfôrço administrativo pela estruturação dos problemas gerais e pela prévia formulação dos meios de resolvê-los, proscrevendo-se, assim, as atividades dispersivas e estéreis;

b) submeter a um espírito de reforma a máquina obsoleta da administração, racionalizando a vida pública;

c) adotar uma nova técnica orçamentária de linhas construtivas;

d) fixar prioridade e eliminar órgãos inuteis e despêsas secundárias;

e) promover a reforma tributária e aperfeiçoar o aparelho de arrecadação, sem o apêlo á majoração de impostos e isentando, quanto possível, o pequeno contribuinte.

O Govêrno do Estado já deu os primeiros passos para êsse planejamento, convocando técnicos que entrarão em contáto com os elementos locais para, numa ação conjunta, elaborarem as suas linhas gerais.

Deverá ser traçado o quadro dos grandes empreendimentos, apelando para as gerações futuras, que terão

de acarretar, também, com os ônus de iniciativas que irão beneficiá-las. As verbas orçamentárias só são áptas a atender à manutenção dos serviços; as maiores realizações dependerão dos financiamentos necessários para o seu êxito.

CAPITULO I

PRODUÇÃO — ABASTECIMENTO — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Produção Agro-Pecuária e reorganização da vida rural
(Art. 100, da Constituição do Estado)

Poderão, porém, desde já ser situadas, numa perspectiva de síntese, as principais necessidades do Estado.

II — *Agricultura* — Com um território exíguo perfazendo a área total de 52.282 Km2, cuja divisão em zonas fisiográficas ficou estabelecida em Litoral e Mata, Agreste e Catinga Litorânea, Brejo, Agreste e Catinga Central, Médio Sertão dos Cariris Velhos, Seridó, Baixo Sertão do Piranhas e Alto Sertão, é a Paraíba das Unidasdes Federais uma das que maior área plantada apresenta, cultivando produtos de grande valor econômico, muitos dêles exportáveis, como algodão, agave, cereais e outros de consumo interno, como açucar, batatinha, arroz, côco, etc. Poderá ainda fomentar a cultura da mandioca e industrializá-la, em grande escala, sobretudo no vale do rio Gramame. Presta-se, também, pela sua ecologia, para a introdução de outras culturas, ainda não experimentadas em seu sólo, como olivais e vinhedos, adaptáveis aos municipios de Areia, Esperança e Cam-

pina Grande, estando o govêrno promovendo entendimentos para a vinda de colonos especializados nessas culturas, principalmente a uva de mêsa.

Será outra vez tentada a cultura do café, notadamente as variedades mais precoces e resistentes, como o café caturra. Recebeu o Governador do Estado o seguinte telegrama, atendendo a um apêlo seu, anteriormente feito: "Prazer comunicar a Vossa Excelência que serão despachadas, por via aérea, cem mudas de cafeeiro caturra, de melhor linhagem, que conseguí do doutor Mello Gouveia, no Instituto Agronômico de Belo Horizonte. As sementes prometidas seguirão oportunamente. Acredito que essas mudas poderão produzir dentro de três anos. Saudações. José Eurico Dias Martins, Diretor Geral do D. N. P. V.".

III — Fibra longa e média — O Algodão e a Agave conquistarão maiores cuidados do Govêrno. A fibra longa representa um patrimônio que justifica todos os sacrifícios para a sua melhoria e expansão, e a fibra média, enquanto não melhorarmos a nossa, já está assegurada, quanto às suas principais qualidades, pela introdução da variedade "Campinas 817".

Em relação à agave tudo será feito para seu melhor beneficiamento, além da concessão de crédito. Serão adquiridas máquinas mais modernas para aproveitamento integral. E, se preciso fôr, irão técnicos ao México estudar os melhores métodos de cultura e desfibramento.

Há áreas, como Monteiro, Patos e o vale do Piancó, que oferecem extraordinarias disponibilidades para a intensificação da cultura algodoeira. E os Cariris serão, de futuro, o verdadeiro *habitat* da agave. Só lhes falta água para essa transformação econômica, o que será suprido pela pequena açudagem.

IV — *Pecuária* — A Paraíba sempre teve carne suficiente para seu consumo e para fornecer aos Estados vizinhos. Mas, sofreu rambém a crise dos pecuaristas, o que causou o declínio de seu rebanho. Além disso, a última estiagem concorreu para essa redução, porque, pelo temôr do prolongamento da sêca, passou o gado a ser vendido a baixo preço, antes da engorda e em extraordinária quantidade, como se verifica na feira de Patos.

O Govêrno empenhará tôdas as suas fôrças para restabelecer a posição que o Estado desfrutou nêsse setôr da economia rural.

V — *Minérios* — Uma de nossas maiores riquezas aproveitamento dos recursos disponíveis, os encargos da organização rural do Estado poderão ser distribuidos pelos vários setôres organizados, cada qual com seu campo de ação assim determinado:

VI — *Campos de ação determinados* — Para maior ainda não explorada é a mineração. Temos ouro, xelita, tantalita, cristais de rocha, etc.. O Govêrno promoverá tôdos os meios para que se desenvolvam novas prospecções e sejam exploradas novas jazidas.

a) uma zona competirá à Secretaría da Agricultura;

b) outra ao Fomento Agrícola Federal;

c) outra ao Serviço Agro-Industrial do D. N. O. C. S.;

d) e cada Pôsto Agro-Pecuário ficará com a responsabilidade do Municipio onde se acha situado.

Dispondo cada um dêsses serviços de técnicos e material suficiente, poderá exercer-se a cooperação, dessa forma, visando os mesmos resultados.

Esse desenvolvimento da produção agro-pecuária é, para um meio como o nosso, o processo mais eficaz de criar riquezas e elevar o padrão de vida do povo. Terá

que ser, portanto, o labôr rural o maior beneficiário da reestruturação geral. A terra oferecerá, pela sua extensão ainda inexplorada, tôdas as soluções de órdem econômica e social, favorecendo, afinal, por uma utilização mais compensadora, tôdas as outras atividades.

VII — *Defesa Animal e Vegetal* — Tôdas essas perspectivas, porém, poderão falhar, se o Estado, além ao aproveitamento total de seus recursos naturais, não se organizar também para a defesa vegetal e animal. Terá de ser êste um dos pontos essenciais de sua reorganização. O Serviço de Defesa Animal do Ministério da Agricultra nêste Estado, é inexistente. Conta, porém, meu Govêrno com o seu aparelhamento, à maneira do que tem feito o mesmo Ministério, em benefício do fomento agrícola. Por outro lado, a produção agro-pecuaria, principalmente os produtos perecíveis, não poderão prescindir dos processos de armazenagem, sobretudo a ensilagem, mais accessível pelo seu custo, assim como a fenação. O Estado poderá tomar à sua conta a construção de grandes armazens e grandes silos para serem arrendados aos produtores.

VIII — *Mecanização Agrícola* — Assim, alcançaremos um estado de progresso rural que se baseará sobretudo na mecanização agrícola. A agricultura colonial na base da enxada e a pecuária sem um critério científico de defesa e seleção não podem concorrer com os mercados mais desenvolvidos. E' preciso adaptar a economia dos nossos campos, em que se empenham mais de 40% dos paraibanos, a uma forma mais remuneradora de trabalho. Além da cooperação do Estado e da iniciativa dos particulares, poderão ser organizadas cooperativas para a aquisição de máquinas de maior valôr que sirvam a uma região, como destocadores, tão

necessários, para que se amplie nossa área cultivável. Poderá criar-se também um serviço agrário ambulante para as regiões que não tenham capacidade de organizar-se. A mecanização a motor não precisará, porém, generalizar-se. Há povos de agricultura mais evoluida que ainda mantêm a tração animal e nem todos os terrenos comportam a agricultura mecanizada no seu estado de aperfeiçoamento.

IX — *Condições compensadoras para o campo* — Criar-se-ão, dêsse modo, condições compensadoras para a vida do campo, evitando-se os desfalques de energia que vem sofrendo, ininterruptamente, com a evasão de seu material humano para outras regiões. E um dos meios de fixar o homem à terra é a redistribuição da propriedade, despertando-lhe êsse interesse imediato. E' uma experiência que terá seu inicio nas vastas áreas do domínio do Estado. A par dessa colonização de suas propriedades, em que dará preferência ao homem brasileiro, poderá o Estado fazer a experiência de arrendamento de latifúndios, destinando-os ao maior número de pequenos produtores para um vasto aproveitamento da terra. Deverá, porém, a pequena propriedade, organizada em grupos, ser servida de um núcleo central de assistência técnica e financeira. Só assim atenderá a tôdas as exigências da cultura moderna. Esse regimen se recomenda sobretudo pela possibilidade de utilizar o trabalho de equipe das famílias, concorrendo para o barateamento de determinados produtos, pela mão de obra direta e o emprego da tração animal, menos dispendiosa quando aplicada em pequenos tratos. O latifúndio não será combatível, se fôr produtivo e se se mantiver em função de determinadas culturas. Só será condena-

da a grande propriedade se se tornar um privilégio em prejuiso dos que nela vivem sem poderem explorá-la.

X — *Sociabilidade e diversões* — Terá o campo, também, de ser dotado de um sistema de vida mais atraente pela sociabilidade e pelas diversões que lhe possam ser adaptadas. Poderão ser criados núcleos de habitação comum nos centros das áreas de trabalho. Sem essa nova configuração da vida rural, o campo poderá ser condenado a transformar-se em deserto. Se nada se conseguisse, teria, de qualquer forma, de ser melhorada a habitação do trabalhador rural, consoante exige a Constituição do Estado. Seria introduzido o uso de bicicletas e charretes, como se pratica em tôda parte, para facilidade das comunicações e economia de combustíveis. Entre as medidas de defesa, deverão ser criados postos anti-ofídicos, como se fez no Govêrno do presidente Epitácio Pessoa.

Para que o trabalho se torne produtivo, têm que ser concedidas tôdas as condições de saúde e de bem estar do trabalhador.

XI — *Função educativa dos órgãos do Govêrno* — Na execução do plano delineado, a Secretaria da Agricultura, ao invés de empenhar-se em grandes programas de produção, terá principalmente uma função educativa, orientando a técnica do trabalho, financiando a produção, cooperando, enfim, por tôdas as formas, com os produtores e promovendo exposições, semanas rurais, etc.. Uma das formas mais ativas dessa cooperação serão os cursos de tratoristas, escolas práticas de agricultura e campos de experimentação e seleção de sementes. Cooperará, também, por todos os meios a seu alcance, na defesa do solo e nos processos de adubação.

Não concorrerá, porém, o Estado com o produtor.

Cumpre-lhe, tão somente, estimular a produção, dispensando-lhe tôdas as medidas de proteção, inclusive, se não fôr bastante a concorrência para a conquista dos mercados, a garantia de preços mínimos.

Açudagem

(art. 43, alínea I)

XII — Cultura de vasante — Como valorização da terra e, considerando a experiência da última estiagem em que a crise se traduzia principalmente pelo fenômeno do desemprêgo, por não poderem os fazendeiros, á falta de reservatórios, pequenos que fôssem, manter seus trabalhadores, vai o Govêrno empenhar-se numa campanha de açudagem. Adquirirá as máquinas necessárias para disseminar êsses benefícios da Caatinga ao Cariri e do Cariri ao Alto Sertão, criando, assim, além de outro recurso de alimentação que será o peixe, as facilidades da cultura de vasante. Já conseguiu para isso do D. N. O. C. S. o compromisso de que será enviada uma turma de reconhecimento para o estudo e escolha dos locais onde deverão ser construidas essas obras, especialmente nas proximidades dos centros mais povoados. A pequena açudagem e o silo, bem distribuidos, poderão reduzir ao mínimo os efeitos da sêca.

De acôrdo com êsse plano, vem de ser empenhada a importância de Cr$ 570.000,00 para a indenização e despêsas de escritura das terras do açude Tamanduá, no Município de Monteiro, a ser construido em cooperação com o Govêrno Federal. E serão, ainda êste ano, atacados outros açudes, no mesmo regimen de cooperação.

XIII — Cultura irrigada com bombas-motores —

Será paralelamente aproveitado o lençól dágua subterrâneo, abundantíssimo em várias regiões, para a cultura irrigada com bombas-motores, em cooperação com o Ministério da Agricultura que adquiriu parte dêsse material, já entregue ao Fomento Agrícola Federal dêste Estado.

Indústria e Comércio

(art. 102)

XIV — A última etapa do progresso econômico será a industrialização. A energia elétrica de Paulo Afonso favorecerá essa nova organização que encontrará, ainda, soluções locais, com o açude Curema e a barragem do Boqueirão. Em sua visita a São Paulo, conseguiu o atual Governador promessas de inciativa dessa natureza, notadamente para indústrias que utilizarem matéria prima da terra, como cerâmica, vidros, calçados, cimento, frutas em compota e cristalizadas, féculas, amidos, etc.. Precisa ainda o nosso Estado de disseminar o artezanato, como solução que, embora rudimentar, concorre para melhorar as condições de vida de certos meios. estando o Govêrno em entendimento com o Ministério da Educação, com êsse objetivo.

Considerar-se-á também o Comércio como um auxiliar do interesse público, instrumento que é da mobilização das riquezas e da conquista de novos mercados.

Faltam-nos Armazens Gerais, necessidade que — espera o Govêrno — será também suprida.

ABASTECIMENTOS

(art. 102)

A crise de abastecimento é sempre a mais responsável pela crise social. A função da produção é o abastecimento, e controlá-lo é reduzir o custo de vida, o problema máximo déstes dias dificeis do Brasil.

XV — *Armanezamento de produtos* — A primeira medida a tomar-se será o armazenamento dos produtos, evitando-se, assim, a oscilação de mercado que ocorre comumente na entre-safra, a ponto de passarem os produtores a adquirirem aquilo que já haviam produzido e vendido, antes ou logo depois da colheita, pelo duplo e triplo do seu custo, dada a falta de financiamento e de processos de conservação. Terão de ser acumulados estoques nas cabeças de zona para revenda nesse período crítico.

XVI — Centros de produção e centros de consumo — Outra medida a adotar será a criação de maiores centros de produção próximos aos centros de consumo, fazendo convergir para êsses pontos recursos técnicos e financeiros. Poderão ser, assim, vendidos, a baixo preço, sem o ônus do transporte, leite, ovos, aves, hortaliças, ficando as culturas extensivas para as grandes áreas mais distanciadas. Tal tem sido o abandono a que foram relegadas essas necessidades que as coisas mais simples se converteram em problemas. Temos, assim, os problemas do pão, da carne, do leite, que passaram a absorver tôdas as preocupações dos Govêrnos, enquanto foi deixado à margem o que merece essa denominação.

XVII — Plano de abastecimento — O plano de

abastecimento na Paraíba poderia obedecer á seguinte distribuição:

a) as Fazendas do Estado— São Rafael e Mangabeira — e a Estação Experimental de Espirito Santo ficariam encarregadas do abastecimento da capital e localidades do vale do Paraíba;

b) a Escola de Agronomia do Nordeste, de Campina Grande e das cidades do Brejo;

c) o Aprendizado Agrícola Vidal de Negreiros, de Bananeiras e cidades vizinhas;

d) o Açude Condado, de Patos e Pombal;

e) o Açude São Gonçalo, de Sousa, Cajazeiras, Bonito e Jatobá;

f) o Açude Pilões, de Brejo das Freiras e Antenor Navarro;

g) o Açude Riacho dos Cavalos, de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz; e

h) cada Pôsto Agro-Pecuário, da zona onde se acha localizado.

Bastará aparelhar êsses núcleos dos meios necessários para a produção. Fiel a essa orientação já recomendei à Secretaria da Agricultura que preparasse hortas e plantasse árvores frutíferas, o maior número possível, dentro da capital, nos estabelecimentos de ensino e assistência e nos próprios quintais de cada residência, para quem solicitasse, o que já se vem fazendo, e deverá continuar a ser feito em caráter de campanha.

XVIII — O abastecimento urbano — Desenvolver a produção à margem das estradas de rodagem e de ferro, contando, assim, com um transporte mais fácil e barato, será outro meio de facilitar o abastecimento dos centros urbanos. Para minorar as dificuldades de vida dos pobres, serão iniciadas, dentro em breve, feiras iti-

nerantes, em caminhões, nos bairros da capital e de outras cidades do Estado.

XIX — A área dos engenhos e a produção de leite — Afim de encarar o "deficit" da produção de leite e o seu alto custo em João Pessoa, impõe-se uma solução que já sugerí e foi aprovada por técnicos de valôr e por parte dos interessados: a organização de uma Cooperativa, com sede na Estação Experimental de Espírito Santo, aproveitando o grande número de engenhos que ficam fóra da área das usinas, no vale do Paraíba. São aí as mais vantajosas as condições para a cultura de forrageiras. E o processo de inseminação artificial será aplicado como um meio de manter, ao invés de muitos, alguns reprodutores da melhor estirpe. Começará essa iniciativa pela produção de leite, numa distância de vinte a trinta minutos da capital, o que facilita e barateia o transporte, mantendo o produto em bôas condições, podendo desenvolver-se até a organização da indústria de laticínios. Será, ao mesmo tempo, incentivada a instalação de granjas leiteiras em tôrno das principais cidades paraibanas.

Sendo o problema de alimentação o que mais interessa à produção, tendo em vista o acréscimo de rendimento assegurado pelo trabalhador bem nutrido, terá o Govêrno de dedicar-lhe todos êstes cuidados.

Abastecimento Dágua

(art. 130)

XX — Projetos de abastecimento — O Govêrno cuidará, igualmente, do abastecimento dágua e de energia elétrica à população do Estado. Já se acham elabo-

rados vários projetos, como os de Guarabira, Patos, Cabedelo, Cajazeiras, Souza e Pombal. Foram mandados estudar os de Mamanguape e de Itabaiana e abreviar o de Cabedelo. Negociações estão sendo entaboladas para a obtenção de um financiamento que se destina ao conjunto dessas obras, compreendendo também o complemento das da capital e um novo projeto para a ampliação do de Campina Grande.

XXI — Energia Elétrica — Os serviços públicos de exploração da energia elétrica existentes na Paraíba, principalmente os situados dentro das zonas do Litoral, da Caatinga Litorânea e parte do Cariri, terão de ser enquadrados num plano geral subordinado ao fornecimento da usina de Paulo Afonso. Em obediência a êsse plano, já se encontra projetada a nova organização dos serviços elétricos de João Pessoa, devendo ser criado um Departamento Técnico, responsável pela produção e distribuição da energia e pela administração das oficinas.

O engenheiro Luiz Vieira propôs, como já foi referido, uma solução de emergência para êsses serviços (anexo n. 2).

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

(art. 101)

XXII — *Estradas de Rodagem* — O Estado, desde 1930, devido ás iniciativas do Govêrno provisório, começou a ser aparelhado de bôas Estradas de Rodagem. A artéria principal depende, porém, de retificações que serão feitas pelo D.N.E.R., principalmente o trecho Sousa—Cajazeiras. Completadas as ligações-chaves dês-

se sistema, tratar-se-á da pavimentação das rodovias de maior tráfego. O D.E.R. será suficientemente equipado de material para maior progresso de seus serviços de construção, melhoramento e conservação.

Foram recomendados estudos em vários municípios para elaboração de um novo plano. E torna-se imperiosamente necessária a criação de uma polícia rodoviária.

XXIII — *Plano de transportes e ligação ferroviária* — Cogita-se ainda de melhorar os transportes do Estado, em cooperação com empreza particular, enquadrando-os num plano geral, que compreenda:

a) transportes urbanos;
b) transportes suburbanos;
c) transportes intermunicipais;
d) transportes interestaduais.

E, animado pela mesma orientação, serão feitos todos os apêlos para que se complete, o mais breve possível, a ligação ferroviária Patos-Campina Grande.

XXIV — *Tráfego aéreo* — A Paraíba tem sido infeliz quanto ao aparelhamento de seus campos de aviação. As emendas apresentadas ao Orçamento Geral da República, no Senado, concedendo grandes créditos para êsse fim, tornaram-se letra morta. Este ano não foram siquer destacados das verbas globais recursos para reparos inadiáveis que se fazem necessários afim de manter o próprio tráfego atual. A 2ª Zona Aérea tem se dispôsto a colaborar nêste nosso grave problema. Tenho recebido, não só do engenheiro Raul Malheiros, técnico daquela Zona, como de seu anterior e do atual comandante, brigadeiro Ivo Borges, demonstrações de apôio aos meus pedidos no interêsse desses serviços. Já solicitei

de nossa representação federal que conseguisse, na votação do Orçamento para 1952, verbas para o mesmo fim. Procurará, também, o Govêrno conseguir uma linha aérea interior, que se torna inadiável devido ao alto custo de transporte terrestre e ás condições em que ainda é praticado.

XXV — *Comunicações telefônicas* — Ressente-se a Paraíba da falta de serviços de comunicação prontos e eficientes. Somente três de nossas principais cidades dispõem de telefones urbanos. Os da capital funcionam irregularmente, o que exige uma solução urgente que já está sendo examinada. E permanece ainda o Estado sem uma ligação internacional, aspiração das mais legítimas de seu povo. Bater-me-ei por êsse melhoramento em benefício do comércio, da indústria e das nossas relações em geral.

XXVI — *Turismo* — Além da importante função econômica que desempenha, um bom sistema de transportes e comunicações é ainda indispensável para as excursões de recreio e férias. A Paraíba não oferece grandes atrações para turismo, mas o Govêrno precisará dotar os ambientes de maior sedução natural de outras aparências. Pavimentará a avenida Epitácio Pessoa até à praia de Tambaú, que é uma paisagem encantadora, e fará construir alí um moderno hotel, administrativamente ou mediante concessão. Aproveitará, ainda, o parque Arruda Câmara como ponto de recreação e de jogos, utilizando as águas da antiga fonte de Tambiá para a construção de uma piscina. Fará o Jardim Botânico de Buraquinho. A' nossa porta de entrada — Cabedelo — será dado aspecto urbano de melhor impressão. Finalmente, promoverá excursões a pontos cu-

jo conhecimento interesse aos paraibanos, como a zona da grande açudagem e, fóra do Estado, a cachoeira de Paulo Afonso.

CAPITULO II

ASSISTÊNCIA — SAÚDE — EDUCAÇÃO

Ação Social do Estado

(arts. 106, 110, 111 e 112)

I — A ação social do Estado será associada, sempre que possível, à das entidades privadas, e terá de ser desenvolvida em favor do homem e de sua organização de trabalho. Levará o Govêrno ao interior o seu plano de reeducação e recuperação social, estendendo a todos os municípios e distritos os benefícios dos serviços públicos, até agora praticamente adstritos ao Litoral ou ás maiores cidades, numa repetição de velhos processos coloniais, já superados. E o homem paraibano sentirá, assim, a ação tutelar do Estado, onde estiver e conforme as suas necessidades.

Empenhar-se-á também o Govêrno em campanhas de educação sanitária, como a obrigatoriedade das fossas, o uso do calçado, etc.

II — *Combate à agiotagem e à destruição da lavoura* — Pelo financiamento nos moldes já enunciados, o Govêrno proporcionará o meio mais eficaz dessa assistência, inclusive pela repressão da agiotagem, desde a sua forma mais extorsiva que é a venda dos produtos "na fôlha". Defenderá, também, a lavoura do mais cri-

minoso de seus sacrifícios que é a solta do gado dos fazendeiros antes de terminada a colheita.

Serviço Florestal

(art. 108)

III — *Acôrdo com o Ministério da Agricultura* — Outra forma de proteger o homem e sua vida de trabalho é a arborização das cidades e vilas e o reflorestamento das áreas devastadas. Para isso, o Govêrno firmou um acôrdo com o Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, com as seguintes finalidades:

a) reflorestar e florestar as áreas desnudas do Estado, com exceção dos municípios que mantêm serviços próprios, como Campina Grande, Pombal e Mamanguape;

b) manter em funcionamento um ou mais Hortos Florestais para produção e distribuição de mudas ou plantio direto pelo próprio Govêrno;

c) cuidar da arborização das cidades onde se fizer necessário, inclusive a Capital do Estado, mediante acôrdo com as Prefeituras Municipais;

d) auxiliar as empresas particulares que são obrigadas pelo Código Florestal a reflorestar suas terras, afim de compensar a perda sofrida pelo grande consumo de lenha em seus estabelecimentos;

e) executar e fiscalizar no Estado o Código Florestal.

IV — *Hôrto Central de Reflorestamento e "Arboretum"* — Será instalado um Hôrto Central de Reflorestamento na Fazenda Mangabeira, pertencente ao Estado, para a produção de mudas florestais e ornamen-

rais, assim como um "arboretum" com plantas oriundas do interior dêste e de outros Estados, para a aclimatação de essencias e conhecimento da flora.

V — Arvores frutíferas silvestres, plantas medicinais e Jardim Botânico — Recomendei especialmente a formação de um Hôrto de árvores frutíferas silvestres e a cultura de plantas medicinais. O coroamento do Serviço Florestal da Paraíba, além da arborização planificada das cidades e vilas do Estado, será a criação de um Jardim Botânico, com o aproveitamento da mata do Buraquinho, o qual será franqueado à visitação pública.

Habitações Higiênicas

(art. 100)

VI — *Benefício às classes desfavorecidas* — Além do esfôrço a ser desenvolvido para a padronização das habitações rurais, conforme preceitúa a Constituição, também se fará sentir a ação do Govêrno através de um plano de habitações urbanas que beneficiará as classes mais desfavorecidas. Já se acha aprovada pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas a proposta para a construção de 500 casas populares, sugerida pelo Govêrno, sendo 300 nesta capital, 100 na cidade de Campina Grande e 100 distribuidas por outras cidades do interior.

Imigração e Colonização

(art. 109)

VII — *Os êxodos para as cidades* — A falta de

assistência e as condições de desamparo em que vive o homem do campo são o principal motivo dos êxodos constantes para as cidades. E a sêca acaba por converter os êxodos em verdadeiras emigrações para outros Estados. E' mistér deter êsses deslocamentos de população e pôr em prática uma política de repovoamento em condições de prender à gleba os bons elementos, de que depende nosso futuro, dando-lhes assistência em seu próprio "habitat" e combatendo os efeitos da fatalidade climática que culminam no pauperismo crônico e na mendicância.

VIII — *Imigrantes estrangeiros* — Além do homem da terra que se evade, serão atraidos e fixados emigrantes de outras terras capazes de introduzir métodos mais adiantados de agricultura e criação. Para isso vêm sendo entabolados entendimentos relativos à imigração e colonização na Paraíba, a começar por italianos e japoneses. E' um problema que depende, em grande parte da cooperação do Govêrno Federal, principalmente no tocante á exploração dos vales úmidos de Mamanguape, e que será oportunamente submetido a essa Assembléia. Temos condições climatéricas propícias, sobretudo nas serras, para tôdas as raças europeias, e o litoral se presta à fixação de outras raças.

IX — *Assistência aos Menores* — Não se apresenta nenhum problema mais angustioso na Paraíba do que o de assistência aos menores abandonados. Cresce o número dos que necessitam dessa proteção, tornando-se insuficientes as instalações atuais para comportar, siquer, vinte por cento desses casos. Terá o Govêrno de ampliar êsses serviços e de extendê-los a outras cidades do interior.

SAÚDE

(art. 128)

X — *Postos de Higiêne* — Terão de ser organizados os serviços de higiêne do interior que se tornaram por assim dizer inoperantes, sem nenhum contrôle técnico e administrativo, sendo os postos em funcionamento em número limitadíssimo. Esses Postos, ao invés de constituirem simples ambulatórios de clínica médica e, ainda mais, sem nenhuma eficiência, terão de ser preparados para a prevenção e defesa das populações rurais, contra as doenças contagiantes e transmissíveis.

Nêsse ponto o art. 128, letra *e*, da Constituição do Estado, é como se não existisse.

Já se entendeu o Govêrno com o dr. Halmicar Barca Pellon, diretor da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, sôbre a vinda de um técnico para estudar *in loco* essas necessidades e sugerir as reformas mais apropriadas.

XI — Ambulâncias, Médicos, Dentistas e Enfermeiros — Deverão os Postos ser organizados e aparelhados de maneira a adquirirem uma flexibilidade que possibilite a assistência, em cada município, a todos os distritos rurais, verdadeiros enteados, sempre esquecidos, para que atendam aí ao receituário e ao tratamento, transportando para os hospitais regionais os doentes que devam ser internados. Terão os mesmos postos ambulâncias que conduzirão o médico, o dentista e o enfermeiro, o conjunto necessário para a defesa da saúde do homem do interior. Enquanto faltarem recursos financeiros para uma organização integral, terão os serviços um caráter regional, dispondo de meios para man-

ter essa mobilidade. A quota do D.E.R. destinada aos municipios poderá ser colocada em função dêsse plano, completando-se as ligações da séde de cada comuna com a de seus respectivos distritos.

XII — *Cursos de aperfeiçoamento* — Para o preparo do pessoal, serão organizados cursos de aperfeiçoamento de:

a) visitadoras;
b) guardas sanitários;
c) enfermeiros;
d) puericultores.

Conta o Govêrno com a colaboração da Divisão de Organização Sanitária federal, conforme os entendimentos já iniciados, para êsse objetivo.

XIII — *Administração hospitalar* — Já se entendeu, também, o Govêrno com o Diretor do Departamento Nacional de Saúde, prof. Arlindo de Assis, para a vinda a êste Estado de um técnico de Administração Hospitalar, que deverá chegar na primeira quinzena dêste mês. É outra reforma que não pode ser adiada.

XIV — *Campanhas Nacionais* — Grande parte dêsse plano de saúde pública está a cargo das campanhas nacionais, como as contra a Tuberculose, contra a Bouba, contra a Febre Amarela, contra a Malária, contra a Sífilis, para cujo desenvolvimento o Govêrno pleiteará reforços de verbas por intermédio da representação federal.

EDUCAÇÃO

(arts. 116 a 127)

XV — *A Faculdade de Direito* — Congratulo-me

com o povo paraibano pela fundação da Faculdade de Direito, grande marco de partida para a vida universitária que consagrará o nosso nível cultural, e ainda pela federalização da Escola de Agronomia do Nordeste que, assim, ficará aparelhada de recursos para atender, além de sua função educativa, às exigências técnicas de nossa organização agrícola.

XVI — *A Faculdade de Filosofia* — A primeira proposta orçamentária incluirá a verba necessária para a fundação da Faculdade de Filosofia. Professores estrangeiros, da mais alta competência, serão contratados para, juntamente com os elementos locais rigorosamente escolhidos, constituirem o corpo docente dêsse estabelecimento de ensino.

XVII — *A Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia* — Apoiará o Govêrno, por todos os meios ao seu alcance, a fundação da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, indispensável para o preparo dos técnicos destinados ao plano de reorganização do Estado que aqui se esboça.

XVIII — *A Educação Popular* — Empenha-se o Govêrno, sobretudo, na disseminação da educação popular, devendo construir, para isso, grupos escolares, de preferência nos bairros pobres de maior população, como único meio de elevar o nível social dessas camadas. Serão pedidas verbas para a concessão de bolsas de estudo com o fim de formar equipes para os serviços públicos que necessitam de técnicos especializados.

XIX — *Merenda escolar* — Já foram tomadas providências para ser restabelecida, no segundo semestre dêste ano, a merenda escolar, instalando-se uma cosinha central para a sua distribuição, com material térmico, pelos grupos e escolas. Com o mesmo fim já foi

iniciada na Fazenda São Rafael u'a intensa cultura de hortaliças.

XX — *Ensino Profissional* — Será desenvolvido também o ensino profissional, sob tôdas as formas, inclusive cursos rápidos para consinheiras, copeiras, arrumadeiras c pagens, de que tanto precisa o nosso meio.

Artes e Letras
(art. 125)

XXI — *"Coleção Arquivos Paraibanos"* — Interessa grandemente ao Govêrno o desenvolvimento das letras e das artes na Paraíba. Já se imprimiu a "A União" um feitio intclectual enquadrado nêsse programa. A Imprensa Oficial iniciará a publicação de obras sôbre sociologia, ecologia e história, começando a editar, desde logo, a "Coleção Arquivos Paraibanos", seguindo-se a "Coleção Ficção e Ensaios". Serão contratadas companhias de teatro que influam para a educação do povo nêsse gênero e incentivado o Teatro de Amadores, que já está funcionando sob os melhores auspícios. Artistas e homens de letras serão convidados para darem recitais e fazerem conferências.

Já pagou o Govêrno o prémio de Cr$ 20.000,00 aos cantores líricos Fernando e Niedja Nunes, auxílio para que possam estudar canto na Itália.

Colaborará, ainda, para que, nos bairros pobres e nos núcleos de habitação comum, como já foi dito, haja diversões, principalmente as educativas.

XXII — *Um amplo teatro* — Como coroamento dêsse programa, será construido um amplo teatro com lotação capaz de remunerar emprezas de maior importância.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São êstes os subsídios a serem manipulados pela comissão de planejamento como elementos hauridos na observação do quadro geral e das necessidades mais impressionantes.

A integral execução do plano esboçado depende tanto dos esforços da Administração e de seu empenho em bem servir ao povo quanto da patriótica colaboração dos três poderes do Estado para a solução dos problemas comuns.

A complexidade do sistema democrático de govêrno não chega a ser um obstáculo à realização de bôas administrações, se os homens que governam desejam sinceramente promover o progresso e o bem estar geral.

Não se desconhecem os limites humanos, territoriais, econômicos ou financeiros do âmbito provinciano dentro do qual a planificação terá de exercer-se. Não faltará, porém, o indispensável apôio da nação inteira através do Govêrno da União para secundar êsse desejo de sobreviver do nosso pequenino Estado.

E tôdas as energias do povo paraibano serão, ao mesmo tempo, despertadas para êsse objetivo, num movimento de salvação geral, que há de concluir por arrancar a Paraíba do regimen semi-colonial em que ainda vive e em que se esbatem a sua agricultura, a sua pecuária, a sua indústria extrativa e de transformação, todo o núcleo central de sua organização econômica.

João Pessoa, 1º de Junho de 1951.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

ANEXO

ANEXO N.º 1

DEMONSTRAÇÃO DA "DÍVIDA PASSIVA" DO ESTADO DA PARAÍBA NA DATA DE 31 DE JANEIRO DE 1951, COMPREENDENDO TAMBEM A DIVIDA DE IGUAL NATUREZA, EXISTENTE NO DIA 6 DE MARÇO DE 1947, E O SALDO QUE COMPETE À ADMINISTRAÇÃO COMPREENDIDA ENTRE 6 DE MARÇO DE 1947 A 31 DE JANEIRO DE 1951

DISCRIMINAÇÃO	DIVIDA PASSIVA		
	No dia 6 de Março de 1947	No dia 31 de Janeiro de 1951	Parte acrescida no período de 6/3/1947 a 31/1/1951
Restos a Pagar sem transferência de depositos de saldos efetivos	3.575.726,60	17.080.345,80	+ 13.504.619,20
Depósitos Especializados	1.205.851,50	5.473.432,70	+ 4.267.581,20
Depósitos de diversas origens	976.357,60	12.552.876,50	+ 11.576.518,90
Credores por Dívidas Reconhecidas	9.138.068,50	10.032.575,40	+ 894.506,90
Empréstimos Contraído com o Govêrno Federal inclusive juros até 1940	3.330.000,00	3.330.000,00	—
Emrpéstimo contraído com o Banco do Brasil para encampação do Banco do Estado — inclusive juros de Cr$ 142.000.00	—	9.142.000.00	+ 9.142.000,00
Empréstimo Contraído com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro para custeio dos Serviços Elétricos e abastecimento dágua	—	14.999.741,00	+ 14.999.741,00
Apólices da Dívida Pública do Estado em circulação	—	3.314.200,00	+ 3.314.200,00
Fundo de Obras Novas do Porto de Cabedêlo	3.743.091,50	4.816.248,20	+ 1.073.156,70
Govêrno Federal c/ do Acôrdo da Agricultura	228.033,50	—	— 228.033,50
Responsabilidade do Estado para com o Banco do Brasil relativa a Emprêsa I. R. de Côco A. Tourinho & Cia.	—	884.948,60	+ 884.948.60
Contas dependendo do reconhecimento do Govêrno, no Gabinête do Secretário das Finanças	—	700.855,20	+ 700.855,20
Idem, idem, na Repartição dos Serviços Elétricos	—	624.933,90	+ 624.933,90
Despêsas realizadas dependendo de preenchimento de formalidades legais e aprovação do Govêrno, na Repartição dos Serviços Elétricos	—	4.361.374,00	+ 4.361.374.00
Idem, na Repartição do Saneamento da Capital	—	291.437,50	+ 291.437,50
Responsabilidade para com a Prefeitura *ex-vi* do Artigo 5º da Constituição do Estado, ainda não conhecida mas que se estima em:	—	6.000.000,00	+ 6.000.000.00
TOTAL GERAL	22.197.129.20	93.604.968,80	+ 71.407.839,60

Contadoria Geral do Estado, em 20 de abril de 1951.

DURVAL RODRIGUES CHAVES
Mecanografo "F"

Confere:
JOSÉ BENTO FERNANDES

Visto:
JOSÉ VIEIRA DINIZ
Contador Geral

ANEXO N.º 2

CARTA-RELATÓRIO DO ENGENHEIRO LUIZ VIEIRA

Abastecimento de Energia da Capital — A Capital da Paraíba está abastecida de energia, atualmente, pela Usina Central e pela usina auxiliar de Cruz do Peixe.

Na Usina Central estão em funcionamento duas unidades de 950 KVA, e na usina auxilar encontram-se três grupos somando a potência de 1.160 KVA. Releva notar que tôdas essas unidades necessitam de reparos, estando um dos grupos da usina auxiliar fóra de serviço no momento.

Poderá, ainda, João Pessoa contar com a contribuição de 1.000 KVA da Usina de Tibirí.

A potência instalada, com tôdas as unidades funcionando em perfeitas condições, seria a seguinte:

Usina Central	— 2 turbinas AEG	1.900 KVA
" Auxiliar	— 1 grupo Sukar	500 "
" "	— 1 " Man	240 "
" "	— 1 " Wokf	420 "
" Tibirí	.. ..	1.000 "
TOTAL	.. ..	4.060 "

Para a população atual de João Pessoa a potência instalada é insuficiente mesmo que se admita o fator de utilização de 70%.

O Estado encomendou uma unidade de 2.500 KVA

á fábrica Stal, para recebimento provável em meiado de 1952. Para cobrir as necessidades razoáveis de energia até fins de 1952, quando a nova unidade estará provavelmente em funcionamento, seria realmente necessário um suplemento de energia, principalmente para atender aos piques.

Releva porém notar que a rêde atual apresenta uma série de defeitos de condutores e isolamento que devem ser corrigidos quanto antes. Com isso ganhará a eficiência geral da instalação, sobretudo se se modificar a tensão de distribuição de 6.000 para 13.000 vs.

Providenciados os reparos dos grupos da usina auxiliar — o que poderá ser feito em 3 mêses —. e corrigidos os principais defeitos da rêde (condutores, isoladores e tensão) — o que poderá ser feito em 5 ou 6 mêses — as deficiências atuais de energia, penso eu, serão atenuadas de maneira a se poder aguardar a unidade encomendada á fábrica Stal, desde que o Estado impeça a expansão do consumo, mantendo a demanda da energia dentro das possibilidades dos geradores.

Restará verificar a deficiência que provavelmente ocorrerá nas horas de pique — situação que poderá ser atendida a qualquer momento com a adição de um grupo diesel auxiliar de 300 a 500 KVA, facilmente alienável quando concluida a expansão da usina central.

Posto nos termos gerais acima, o programa pode ser estabelecido da seguinte forma:

1°) Recuperação da água de refrigeração das turbinas da Usina Central com a instalação de refrigeradores de aspersão ou de cascata e suprimento de água por poço tubular profundo. A Usina já dispõe de um poço de capacidade suficiente ás necessidades imediatas, convindo perfurar mais um para atender com segurança á

expensão futura. Será necessário construir o tanque e instalar os dispositivos de refrigeração para as necessidades atuais (1.900 KVA) com possibilidade de expansão para 3.400 KVA.

2°) Adaptação das caldeiras para queimadores de óleo mantendo a possibilidade de consumo de lenha, por questão de segurança. Será necessário construir um reservatório metálico, junto das caldeiras, com a capacidade de 1.000 a 1.500 m3. Cumpre observar que o uso do óleo combustivel em João Pessoa só será possivel quando o Porto de Cabedelo dispuzer de tanques para descarga diréta dos petroleiros.

3°) Montagem da caldeira Babcock já encomendada, realizando dessa forma uma reserva necessária ás turbinas existentes e adiantando os elementos para funcionamento da Usina Stal de 2.500 KVA.

4°) Recondicionamento das caldeiras existentes com material já encomendado.

5°) Remanejamento da rêde distribuidora — condutores e tensão —, adaptando si possivel os transformadores existentes e instalando a estação transformadora da usina.

6°) Encomenda de uma caldeira de 300 m2 para completar as necessidades da expansão futura da Usina.

7°) Recondicionamento das turbinas existentes (duas unidades de 950 KVA). Esse trabalho só será possivel depois da montagem da unidade de 2.500 KVA, convindo porém mandar proceder uma inspeção cuidadosa por especialista da fábrica.

Para êsse recondicionamento recomendo a aquisição de dois motores completos a serem encomendados oportunamente, de modo a serem recebidos logo esteja montada a turbina de 2.500 KVA.

8°) A forma de trabalho mais prática, a meu ver, consistirá em entregar a supervisão técnica geral á Cia. Babcock que dispõe de profissionais habilitados e que necessariamente terá interferência no programa na montagem do material de sua representação exclusiva. A condução das obras estruturais caberá ao Estado que adquirirá todo material necessário e fornecerá o pessoal. Os trabalhos de montagem serão conduzidos por especialistas das fábricas respectivas assistidos pelo profissionais da Babcock. Caberá, portanto, ao Estado acertar com a Babcock os salários do profissional pôsto à sua disposição.

João Pessoa, 14 de maio de 1951.

As.) LUIZ VIEIRA

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Imp. Nacional —

M. FAZENDA
D.A - NRA - GB
1 9 99
GB
1.4/73

2239-55 353.98133
M548

Paraiba. Governadores

2239-55 353.98133
M548

Paraiba. Governadores
AUTOR

Mensagem. Um trimestre de adminis-
TÍTULO traçaõ. 1951.

Devolver em	NOME DO LEITOR

2239-55 353.98133
M548